

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

KADRI, Jorge Geraldo. Jorge Geraldo Kadri (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 42min).

**Jorge Geraldo Kadri
(depoimento, 2014)**

Rio de Janeiro

2016

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Marcos Tourinho; Oliver Stuenkel ;

Técnico de gravação: Carolina Soares Pires; Ninna Carneiro;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 04/12/2014 a 04/12/2014

Duração: 2h 42min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “O Brasil em Crises Internacionais”, desenvolvido pelo Centro de Relações internacionais do CPDOC com financiamento da presidência da FGV, entre junho de 2013 e maio de 2015.

Temas: Acordos e tratados de paz; Acordos e tratados internacionais; África; Angola; Brasil; Cabo Verde; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Conflitos internacionais; Congressos e conferências; Conselho de Segurança da ONU; Cooperação acadêmica; Cooperação econômica; Cultura; Democracia; Diplomacia; Drogas; Economia; Eleições; Energia; Energia elétrica; Estados Unidos da América; Etnias; Exército; Forças Armadas; Formação profissional; Golpe de estado; Guerras de independência; Guiné-Bissau; Haiti; Impeachment; Instrumentos de pesquisa; Intercâmbio cultural; Itaipú Binacional; João Bernardo Vieira; Língua estrangeira; Luiz Felipe Seixas Corrêa; Luiz Inácio Lula da Silva; Mercosul; Mídia; Militares; Mulher; Narcotráfico; Organização das Nações Unidas; Palácio Itamaraty; Paraguai; Partidos políticos; Pensamento político; Polícia federal; Política; Política externa; Política financeira; Portugal; Presidencialismo; Projetos sociais; Relações internacionais; Saúde pública; Segurança Internacional; Sistema jurídico; Sociedade civil; União Europeia; Viagens e visitas;

Sumário

Entrevista: 04/12/2014

Arquivo 1: A chegada na embaixada em Assunção no ano de 2003; a influência do Brasil na política paraguaia e as impressões da população paraguaia; conselhos do embaixador Seixas Corrêa para a sua ida ao Paraguai; preparação do Paraguai para as eleições gerais; eleição do presidente Nicanor no Paraguai; visão dos Estados Unidos sobre a importância política do Brasil para o Paraguai; maior atuação brasileira em seu entorno regional; atuação do entrevistado na promoção cultural brasileira no Paraguai; aumento dos custos de produção de energia elétrica em Itaipu e a relação brasileira e paraguaia em questões energéticas; processo de impeachment no Paraguai em 2012 e os impactos para o Mercosul; atuação do Brasil para a promoção da estabilidade política no Paraguai; papel da mídia paraguaia nas críticas ao Brasil por parte da população paraguaia; relevância da área cultural dentro das atividades do Itamaraty; relevância das questões de segurança energéticas do Paraguai para o Brasil; passagem do entrevistado pela Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Itamaraty; a importância dos centros culturais mantidos pelo Itamaraty fora do Brasil; debate dentro do Itamaraty sobre a criação de instituto para a promoção da língua e da cultura brasileira no exterior; opinião sobre a viabilidade de tornar o português uma das línguas oficiais da Organização das Nações Unidas; a relevância da língua utilizada para negociações entre diplomatas; ida do entrevistado para Guiné-Bissau em 2008; a pretensão do entrevistado de ser embaixador do Brasil no Haiti; prioridades da gestão do entrevistado na embaixada brasileira em Guiné-Bissau; relato sobre a instabilidade política de Guiné-Bissau e sobre o processo de independência e guerra civil de Guiné-Bissau.

Arquivo 2: Apresentação das credenciais do entrevistado para o presidente Nino Vieira de Guiné-Bissau; facilidade do acesso dos diplomatas brasileiros ao alto escalão do governo de Guiné-Bissau; relação de Nino Vieira com a etnia Balanta de Guiné-Bissau; papel de Nino Vieira na Guerra de Independência de Guiné-Bissau; relato sobre as lideranças do partido PAIGC dentro de Guiné-Bissau e em Cabo Verde; relato sobre o assassinato de Tagme Na Waié e de Nino Vieira em 2009; relação do entrevistado com um coronel brasileiro que servia na Uniogbis; relato sobre os projetos de cooperação desenvolvidos pelo Brasil em Guiné-Bissau através da ABC e a colaboração da embaixada brasileira; contribuição brasileira para a formação de acadêmicos em Guiné-Bissau; opinião de embaixadores importantes do Itamaraty sobre a relação do Brasil com Guiné-Bissau; relato sobre a produção de castanha-de-caju como matriz econômica de Guiné-Bissau; atuação da embaixadora Maria Luiza Viotti no Conselho de Segurança das Nações Unidas e na Comissão para a Consolidação da Paz das Nações Unidas; visitas do embaixador Patriota à Guiné-Bissau; visita do presidente Lula à Guiné-Bissau; desenvolvimento de projetos por parte do Brasil para a formação de capacidades do Estado de Guiné-Bissau; importância de Portugal dentro do processo de consolidação da paz e reconstrução do Estado de Guiné-Bissau; a atuação da União Europeia na ajuda internacional para o desenvolvimento de Guiné-Bissau; relato sobre a estrutura organizacional do Exército Bissau-guineense no período pós-independência; relato sobre os diferenciais brasileiros em relação aos outros países que também atuam no processo de ajuda à Guiné-Bissau; atuação do Brasil em relação ao papel das mulheres dentro da sociedade bissau-guineense; relato sobre as fraquezas existentes dentro do sistema jurídico de Guiné-Bissau e o abuso de poder por parte de setores militares; a atuação de Angola dentro do

processo de nation building de Guiné-Bissau; relato sobre a missão da Ecomog em Guiné-Bissau; disputa de poder entre Carlos Gomes Júnior e Malam Bakai Sanhá em Guiné-Bissau; relato sobre as dificuldades do cargo de Chefe das Forças Armadas de Guiné-Bissau; a contratação de vinte funcionários para a embaixada do Brasil em Guiné-Bissau por parte do entrevistado; relato do entrevistado sobre a falta de estrutura em Guiné-Bissau; relato do entrevistado sobre as suas fontes de informações durante o período no qual esteve em Guiné-Bissau.

Arquivo 3: A relação do entrevistado com o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para Guiné-Bissau, embaixador Mutaboba; a influência da Nigéria na Ecomog e no processo político de Guiné-Bissau; as frustrações causadas nos doadores internacionais após o golpe de 2012 em Guiné-Bissau; as sanções da ONU como resposta ao golpe de 2012; a realização do projeto de construção de 3 lan houses em Guiné-Bissau por parte do governo brasileiro; a ida de agentes da Polícia Federal brasileira à Guiné-Bissau em conjunto com o UNODC; relato sobre o projeto de formulação de uma academia militar em Guiné-Bissau para a formação de trinta oficiais com alto nível de formação e a interrupção desse projeto em função de dificuldades orçamentárias; relato sobre as tensões entre CEDEAO e CPLP nas questões relativas à Guiné-Bissau; a reação de Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o golpe militar de 2012 em Guiné-Bissau; o processo de reaproximação conduzido pela CPLP através de um representante especial, Carlos Moura; a indicação de Ramos Horta para o cargo de Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para Guiné-Bissau; relato sobre o esforço coletivo de diversos países e organizações internacionais para a promoção da paz em Guiné-Bissau; relato sobre a diversidade étnica dentro de Guiné-Bissau; relato sobre o respeito da população bissau-guineense em relação ao Brasil e às instalações diplomáticas brasileiras; relato do entrevistado sobre a segurança da embaixada; relato do entrevistado sobre reuniões informais com todos os embaixadores presentes em Guiné-Bissau; relação pessoal do entrevistado com os embaixadores de Angola e Portugal; relato do entrevistado sobre os interesses específicos de Angola em Guiné-Bissau; relato do entrevistado sobre as condições e crises da saúde pública bissau-guineenses; relação da embaixada brasileira em Guiné-Bissau com a Missão Permanente do Brasil para as Nações Unidas; a atuação de Maria Luiza Viotti como presidente da Peacebuilding Commission das Nações Unidas e a relação dela com Guiné-Bissau; relato do entrevistado sobre a dificuldade de coordenação entre os atores externos atuando em Guiné-Bissau; opinião do entrevistado sobre as denúncias de envolvimento de oficiais militares de Guiné-Bissau com o tráfico internacional de drogas; opinião otimista do entrevistado sobre o futuro de Guiné-Bissau e sobre a atuação do Brasil para a promoção da democracia e estabilidade política no país em questão.

Entrevista: 04.12.2014

O.S. - O senhor chegou como conselheiro na embaixada em Assunção em 2003. O Brasil, historicamente, tem um papel muito influente. Talvez, no nível de país, é onde o Brasil mais tenha influência no mundo. A embaixada brasileira é extremamente bem posicionada a influenciar o processo interno. Antes da sua chegada, o senhor teve algum contato com o país? Tinha acompanhado a atuação brasileira no país? Qual foi sua primeira impressão da percepção que o Paraguai tem do Brasil como grande vizinho? Quais as suas primeiras impressões do país?

J.K. - Eu, quando eu estava em Genebra, trabalhava com o embaixador Seixas Corrêa. Antes, o Amorim era o meu chefe e em seguida o Seixas Corrêa. Quando eu terminei o meu tempo em Genebra, tinha possibilidade de ir para o México, Japão, Uruguai e para o Paraguai. Infelizmente, eu conheço pouco a história do Paraguai em relação ao Brasil: a guerra, a dependência. Enfim, os aspectos mais importantes. Eu tinha uma preferência particular por outro país e não pelo Paraguai, mas eu me consultei com o Seixas Corrêa e ele me disse: “Olha Kadri, se você quiser dar continuidade à sua carreira, eu recomendo vivamente que você vá para Assunção, que é um país, o Paraguai, com o qual o Brasil tem laços muito especiais; históricos, diplomáticos. De certa forma, tudo o que acontece ou não acontece no Paraguai é responsabilidade, culpa, vamos assim dizer, do Brasil”. E eu aceitei a sugestão do embaixador Seixas Corrêa e fui para o Paraguai. Permaneci no Paraguai cerca de dois anos e meio, não foi um período muito longo. Fui responsável pela área cultural, educacional, mas pude perceber a especificidade e importância do relacionamento entre os dois países. Na minha primeira experiência, eu cheguei em fevereiro, o país estava se preparando para as eleições gerais. O Presidente Nicanor foi eleito poucos meses depois. Então, com relação ao Paraguai, esse cuidado se mantém até os dias atuais. Evidentemente, eu não acompanho mais de perto esse tema, mas qualquer assunto que trate do Paraguai é de extrema importância. A importância do posto pode ser denotada também pela escolha do atual secretário-geral, que era embaixador do Paraguai. O embaixador do Paraguai, o embaixador de Buenos Aires são nomes fortes dentro da casa para Secretaria-Geral. Embaixadores, por exemplo, em Genebra, Washington e Nações Unidas são sempre nomes cotados para Ministro de Estado. Então, há certa lógica, uma liturgia dentro da casa, prática na qual se percebe a importância de quem ocupa esses postos chave.

O.S. - Certo. Naquela época, é interessante mencionar que o embaixador dos Estados Unidos procurou o embaixador brasileiro para trocar informações. Existe, talvez, uma dinâmica segundo a qual os Estados Unidos aceitam, inclusive, incentivam que o Brasil...

J.K. - ...assuma uma maior responsabilidade no setor imediato.

O.S. - Isso. Porque, tradicionalmente, os Estados Unidos tiveram uma atuação importante. Houve algum tipo de sinalização americana deste tipo, um incentivo americano para o Brasil assegurar a estabilidade política, que pode levar a um menor envolvimento direto dos Estados Unidos? Um tipo de atitude que dá preferência a uma atuação do Brasil ou houve momentos de tensão entre os Estados Unidos e o Brasil em relação a como lidar com, no fundo, essa crise constante, essa incerteza que surgiu recentemente, agora em 2012 novamente com o *impeachment*? Os Estados Unidos aceitaram, nesse sentido, uma liderança brasileira?

J.K. - Eu tenho impressão que sim. Os Estados Unidos, evidentemente, tem uma política muito mais ampla, os interesses são globais. Ultimamente os Estados Unidos tem voltado seu esforço diplomático para a Ásia – que é um continente que cresce, como todos sabemos, em importância econômica e também estratégico-política. Com recursos escassos, os Estados Unidos passaram por uma crise importante e o Brasil sempre foi, e eu acho que isso não mudou, considerado um parceiro dos Estados Unidos – claro, com dificuldade de aproximação, atritos, como dois grandes países independentes. Os Estados Unidos aprovam uma maior atuação do Brasil em seu entorno e mais do que isso, incentivam. A nossa participação no Haiti, na Minustah, foi, em larga medida, incentivada pelo governo americano e também a nossa participação em outras missões de paz no mundo. A ONU solicita, mas a gente sabe que há uma boa vontade americana em todos esses casos. Então, o Brasil, um país que tem *soft power* (nós não somos uma potência militar), nós temos um certo limite de até onde podemos ir na atual configuração e o nosso entorno imediato é algo que naturalmente recai sobre a nossa responsabilidade. Naturalmente recai sobre a nossa responsabilidade. Recentemente, agora em 2012, novamente com o Paraguai. É uma tradição, dialogar e privilegiar sempre a solução

M.T. - O senhor percebia uma tensão dentro do Paraguai? A história do Brasil com o Paraguai é uma história de interdependência, mas dependência, e uma história delicada também. Que tipo de tensão havia ou resistência?

J.K. - Não, a parte cultural era o que poderia chamar de agenda positiva. Fazíamos show de música popular brasileira, exposição de arte, promovia a vinda de estudantes paraguaios para o Brasil. Enfim, era só coisas boas, positivas. Contrariamente a outros colegas que se ocupavam da parte política, por exemplo, ou então que estavam envolvidos com contrabandos, atividades ilícitas na fronteira, aí evidentemente o atrito era maior. No entanto, o ponto de vista cultural não havia maiores problemas. Eu promovia três ou quatro eventos a cada mês, com um público bastante importante.

O.S. - O senhor se lembra de alguns exemplos?

J.K. - Por exemplo, música popular nós tivemos apresentação do João Donato – música de qualidade da Bossa Nova. Sandra de Sá foi outro. Apoiávamos também atividade cultural dos paraguaios. Então, fizemos uma grande exposição de arte barroca paraguaia. A embaixada tem um centro cultural, tem um cinema, um auditório para 300 pessoas. Enfim, é uma embaixada muito bem equipada, não só de pessoas como também de instalações. Então, do ponto de vista cultural, não havia mesmo nenhum resquício de dificuldades. Dificuldade existia no caso da Itaipu, por exemplo. Sempre, desde aquela época, já queriam reavaliar o custo da energia. Havia pontos políticos, econômicos que tinham certos atritos. O Paraguai sempre procurando retirar o melhor possível da relação bilateral e o Brasil sempre disposto, mas, evidentemente, tendo que relatar as *constituencies* aqui no Brasil. E finalmente, em 2010, o custo da energia triplicou. Claro, os paraguaios, pela experiência não tão recente (cento e cinquenta anos da guerra), eles procuram sempre recordar que o Brasil, Argentina e Uruguai tiveram um papel crucial na Guerra do Paraguai, fez com que o país perdesse a grande maioria dos seus homens e ficasse um país território, que acabou afetando a vida do país e afetou o século seguinte. Mas, de uma maneira geral, o relacionamento tem sido cada vez mais intenso e os atritos cada vez menos importantes, dada a intensidade da relação. Claro, nós tivemos o episódio de 2012, o *impeachment* do Presidente. Esse foi outro capítulo a parte, que já tem que ser tratado, talvez, em outro contexto, em um contexto de uma nova visão da política externa, onde a ideologia é um pouco mais preponderante do que era antes. Então, isso é um capítulo a parte e eu não me sinto muito conhecedor de todos os meandros. Eu conheço o que li, evidentemente, nos telegramas, mas sabe-se que foi uma questão delicada, que exigiu da nossa diplomacia um esforço para recuperar credibilidade e uma certa intensidade nas relações. E finalmente foi

conseguido. Depois de um esforço grande, o Paraguai voltou a fazer parte do Mercosul e, enfim, as nossas relações avançam. Mas esse é todo um capítulo a parte que merece, talvez, depoimentos específicos.

O.S. - Sim, mas conversando com diplomatas, percebemos que falta um bom livro sobre a relação bilateral em termos mais recentes, que é uma coisa muito importante.

J.K. - Muito importante, eu diria, talvez, até um livro sobre esse episódio e sobre tudo o que isso significa, significou. O Mercosul enfrenta dificuldades, tanto no ponto de vista político, quanto no ponto de vista econômico.

M.T. - Econômico ele já enfrentava, só acrescentou.

J.K. - Acrescentou. Eu acompanho um pouco, ainda que de longe, esse tema, mas se sabe que todos os candidatos a presidente tinham ideias particulares sobre como conduzir esse tópico tão importante para o Brasil como é o Mercosul; como conduzir de forma a recuperar um certo dinamismo? Há um consenso de que existem dificuldades.

O.S. - Como o senhor trabalhou na parte cultural, não vamos falar tanto sobre a questão de como o Brasil procurou estabilizar o processo democrático no país. O que fica evidente quando nós conversamos com colegas seus que estiveram no país nos anos noventa foi uma sensação de insegurança, de instabilidade. Quando o senhor esteve no país houve vários episódios complicados. São sinais de um país com um sistema político frágil: assassinato de familiares de políticos que são atacados. Eu acho que a filha de Raúl Cubas, por exemplo, a filha foi morta. O Oviedo volta do Brasil e fica preso. Existem muitas coisas. O senhor lembra que teve uma sensação de insegurança, de incerteza? Havia planos de evacuação rápida ou esse tipo de coisa? Porque nos anos noventa, de fato, havia, em certos momentos, manifestações com atiradores de elite nos prédios. Havia realmente problemas muito graves no país, que em qualquer momento poderiam complicar a situação. Ou seja, um envolvimento em uma situação instável. Naquela época, qual foi a sua sensação? Foi acompanhado por familiares ou esteve lá sozinho? Foi considerado um posto perigoso?

J.K. - Eu fui com o meu filho. A minha filha permaneceu em Genebra fazendo a faculdade. Não havia sentimento entre a população nas ruas de nenhuma insegurança particular. Paraguai era um país bastante tranquilo nesse período. Houve escaramuças dessa natureza do Oviedo que retornou e havia uma discussão política de como ele retornaria; se seria preso ou não seria preso. Mas isso não afetou a vida cotidiana da população como um todo. Os jornais, evidentemente, tinham o ABC Color, um jornal bastante particular, fazia umas críticas consistentes e reiteradas ao Brasil o tempo todo. Havia outros jornais mais equilibrados, que tratavam essas questões de maneira mais equilibrada. Mas eu não senti, em nenhum momento, ameaça pessoal à família. Eu acho que foi um período de certa calma. Foi um período em que já começava a ser contestado o poder dos Colorados. Eles já estavam no poder há muitos anos e ficou claro que havia um desgaste muito grande. Eu saí antes das eleições, mas já ficava claro que havia um desgaste muito importante. Essas eleições, eu penso, foram em 2006 ou 2007. Mas eu não tenho registro de preocupações. Diferentemente de outros países como Guiné-Bissau, por exemplo, que aí é outro departamento, outro nível de insegurança e de problemas.

O.S. - Outra questão: o embaixador da época pode se considerar uma pessoa pública no sentido de uma pessoa que é entrevistada pelos jornais, que escreve artigo de opinião no jornal, que acaba se defendendo?

J.K. - Com certeza. O embaixador do Brasil no Paraguai, eu me lembro bem do Castro Neves, depois de quatro anos como embaixador, ele se sentia exaurido, cansado, porque era demandado diariamente: eram jornais, televisão, responsabilidade pelo o que acontecia e pelo o que não acontecia, pelo o que ele teria dito e pelo o que não teria dito. Tinha que constantemente estar diante da mídia para dar explicações, para corrigir rumos. Então, é um posto intenso. Quatro anos como embaixador do Brasil no Paraguai é uma experiência excepcional do ponto de vista profissional, e do ponto de vista pessoal é extremamente desgastante. O Brasil era chamado a responder, era criticado e o embaixador saía, ia à mídia para explicar as razões de determinado assunto, encaminhamento desses assuntos. Mas, definitivamente, o Brasil sempre esteve, pelo

menos na época em que eu estive lá, na berlinda dos acontecimentos. Um ator de primeira grandeza.

O.S. - Certo. Com relação à sua atuação no setor cultural, esses eventos foram financiados pelo governo ou foram pessoas que decidiram se apresentar e isso foi acompanhado pela embaixada? O senhor decidia quem ia e quando, tomava todas as providências?

J.K. - Exatamente. Os recursos sempre foram escassos. A área cultural sempre teve que lutar com muita bravura e fervor para conseguir recursos. O Itamaraty financiou alguns eventos, outros eu consegui pela Itaipu binacional. Ela nos ajudou. Mas a grande maioria, quase todos (exceto, eu acho, dois ou três), foram financiados pelo Itamaraty, que na época não passava pela crise que passa hoje, por exemplo, em que praticamente todos os projetos estão paralisados, especialmente culturais. Enfim, é normal, em toda a crise a primeira retenção é na área cultural, considerada não tão nobre. Nobre é, mas não tão fundamental.

O.S. - Certo. Uma última pergunta com relação ao Paraguai. Talvez de todos os países, ele é um dos países que mais pode afetar a situação interna: questão de segurança energética. Por exemplo, um golpe poderia levar a um líder nacionalista que se recuse a vender mais energia para o Brasil. Existem sempre argumentos, essas indicações mais radicais. Na sua posição, o senhor acompanhava a maneira como os acontecimentos foram tratados na imprensa brasileira, havia alguma visibilidade? Porque hoje em dia, sobretudo em termos de crise, isso acaba ocupando um espaço. Houve, em comparação com aquela época, alguma mudança em relação a isso? Isso é um tema que a gente vê de vez em quando, que algumas crises, sobretudo nos anos 90, não tiveram nenhuma repercussão internamente, apesar do Brasil começar a assumir um papel mais assertivo. Havia, por exemplo, na chegada do Oviedo, muitos jornalistas brasileiros cobrindo os eventos no Paraguai?

J.K. - A impressão que eu tenho é que são reações pontuais a crises pontuais ou ameaças pontuais. O risco existe de que eventualmente algum líder paraguaio mais radical venha a criar algum tipo de problema para o Brasil, especificamente no fornecimento de energia, até mesmo na área de fronteiras que eventualmente acontece. Mas não é do

interesse do Paraguai. O Paraguai tem conseguido negociar muito bem com o Brasil: Itaipu, por exemplo, e outros projetos, construção de pontes. Vejo no Paraguai um país que olha para o Brasil, como é normal nos dois lados, com muito respeito, com admiração, com críticas, mas uma parceria de longo prazo, definitiva. Não vejo risco que um líder radical chegasse a esse nível de rompimento, afinal de contas, o rendimento de Itaipu para o Paraguai é algo importante para o orçamento do Paraguai, do país como um todo. Não vejo essa problemática acontecendo nesse nível. O meu sentimento é que quando as relações estão, vamos dizer, em velocidade de cruzeiro, a mídia brasileira, evidentemente, não tem muito o que comentar e criticar. É só em momentos em que há uma necessidade, um problema pontual acontecendo, seja no Mercosul ou seja na presidência do Mercosul que a mídia começa a atuar de maneira mais incisiva. Mas, fora disso, o posicionamento é fluido. Essa é minha percepção.

M.T. - Vamos falar de Guiné-Bissau?

O.S. - Vamos. Antes disso, era previsto que o senhor ficasse dois anos ou surgiu outra oportunidade? O senhor depois chegou a começar a trabalhar com a promoção da língua portuguesa e é algo interessante, talvez, antes de falar sobre a Guiné. Como se deu?

J.K. - Foi um convite que eu recebi. Eu gostava, e gosto, da área cultural. O Edgar Telles Ribeiro, que então era ministro, já era embaixador, tinha sido recém-promovido a embaixador, era chefe do Departamento Cultural. Ele foi para um dos eventos que promovemos no Paraguai e eu conheci, nos anos setenta, o pai e a mãe do embaixador Edgar; o embaixador Milton Telles Ribeiro. Então, já tinha contatos pontuais durante a carreira. No final do evento, antes de ir embora, eu acho que havia uma empatia crescente (ele gostava do trabalho que eu fazia), e ele me convidou para chefiar a Divisão e eu aceitei imediatamente. Eu achei que era uma boa oportunidade. A carreira tem certa dinâmica e a gente tem que observar a oportunidade, o momento certo, o *timing*. Eu era conselheiro já, próximo a ser promovido a ministro-conselheiro. Então, a chefia de uma Divisão era um desafio interessante para a carreira. Eu aceitei e gostei muito do trabalho da DPLP¹.

¹ Divisão de Promoção da Língua Portuguesa.

O.S. - O senhor fazia o que exatamente no dia a dia? Conte um pouco para a gente da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa.

J.K. - A Divisão de Promoção da Língua é promover a língua portuguesa e a cultura brasileira. Então, na época eram dezoito ou dezenove centros culturais. As principais embaixadas brasileiras tinham um centro cultural: Brasil-Uruguai, Brasil-Argentina, Brasil-Guiné-Bissau, etc. O objetivo era fornecer a esses centros culturais não só sugestões de atividades, mas também recursos para que esses centros culturais promovessem, no mundo inteiro, a cultura brasileira. Inclusive, também financiávamos a atividade de leitores. Tínhamos quarenta, quase cinquenta leitores nas principais universidades em vários pontos do mundo. Então, nós tínhamos essa função de dialogar com centros culturais que existiam no mundo, selecionar os leitores, contratar, enviar, pagar esses leitores. Então, era um pouco isso, sempre procurando promover a língua portuguesa vertente brasileira. Sempre esses leitores iam para as universidades com a preocupação de levar a literatura brasileira, o folclore brasileiro, enfim, sempre levando a nossa cultura. É uma Divisão focada na promoção da língua portuguesa. Era esse o trabalho, essencialmente.

O.S. - O senhor chegou a visitar todos os centros culturais naquela época?

J.K. - Todos não. Eu visitei o centro cultural no Uruguai e na Argentina. Na chefia da Divisão, são poucos funcionários, não dá para viajar frequentemente. Os recursos também sempre escassos. Mas tive a oportunidade de conhecer dois dos dezoito, dezenove centros.

O.S. - Certo. Havia uma alteração do número de centros culturais naquela época ou isso se manteve estável em número?

J.K. - Aumentou. Foi um momento, eu diria, particularmente feliz para o Itamaraty em termos de recursos, não é? O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, muito ativo, defendeu sempre a casa, tem a sua visão ideológica bastante conhecida e todos nós respeitamos. Mas ele era um batalhador para obtenção de recursos para a casa. Ele saía, ia às reuniões no Ministério do Planejamento, ponderava, brigava. Ele efetivamente conseguiu muito. A casa, como um todo, deve muito à atuação do embaixador Samuel

Pinheiro Guimarães. Nessa época, havia um crescimento quase que vegetativo, moderado dos centros culturais. Mas mais importante do que isso, nós trabalhávamos a perspectiva de transformar os centros culturais, que eram do governo, que pertenciam ao governo, em instituições privadas. Havia um debate se os centros deveriam permanecer sendo controlados, enfim, pagos pelo Itamaraty. Controlados sempre, mas, bancados, pagos pelo Itamaraty ou se deveriam ser uma instituição privada que angariasse recursos e pagasse os professores. Enfim, havia certo debate em relação a isso. Finalmente, o que prevaleceu foi a ideia de permanecer os centros pagos pelo Itamaraty. Se eu não tiver totalmente desatualizado, hoje, quase todos os centros pertencem ao Itamaraty, são pagos pelo Itamaraty. Então, fazem parte da estrutura do Itamaraty. Esse é um debate que, aparentemente, está superado. Havia também, naquela época, uma ideia que eu achei muito interessante. Foi até criada uma comissão, Olip - uma comissão para examinar a possibilidade de um instituto da língua portuguesa; uma instituição que cuidasse da língua portuguesa de maneira global, como, por exemplo, o Instituto Camões, o Instituto Cervantes, o Instituto Goethe.

O.S. - Vocês consideraram uma dessas abordagens como um modelo a seguir?

J.K. - Olha, houve um esforço muito grande, um decreto do governo com pessoas importantes, eminentes da Academia Brasileira de Letras, da Universidade do Rio de Janeiro, da própria USP. Nós nos reunimos em Brasília, no Ministério da Educação, periodicamente para discutir como tratar essa questão, a importância de criar esse instituto, de que molde ele seria criado, onde ele estaria situado, etc. Mas nós esbarramos em uma questão, talvez, organizacional política-burocrática insuperável que é a dificuldade de retirar todo esse arcabouço institucional, todos os centros culturais, todos os leitores, toda essa parte que o Itamaraty cuida para outro órgão. Então, havia o debate de retirar toda essa estrutura para outro ministério. Esse aspecto não foi superável. Houve uma resistência, que é natural, do Itamaraty. Muito embora, havia uma ideia, e eu pessoalmente até achava conveniente, politicamente interessante, de criar um duplo comando desse novo instituto; o Itamaraty junto com Ministério da Educação e o comando central do órgão se torna a Presidência da República. Aí poderíamos imaginar um político de grande importância como o Presidente e dois

secretários-gerais. Um instituto poderoso. À época comentava-se que Instituto Cervantes tinha em torno de cento e dez milhões de euros para promover a cultura hispânica, uma coisa espetacular. Hoje o país está em crise, isso está matizado, mas falamos de 2005, 2006. Então, a ideia de um Instituto Machado de Assis, o nome natural, o nosso escritor número um da Academia Brasileira de Letras. Isso seria um projeto importante. Eu tinha muito gosto de participar dessas discussões, mas esse impasse político acabou não sendo superado e a ideia de um instituto ficou adormecida. No programa de governo da senadora Marina Silva havia, entre outros itens, a ideia de se criar o instituto. O instituto pode ter múltiplas funções. É um instrumento de política externa espetacular, de promoção de turismo, além da promoção da cultura e da língua vertente brasileira. O *British Council* tem quase um bilhão de dólares todos os anos para promover a língua inglesa. O Camões tem cerca de trinta milhões de euro. O Itamaraty, infelizmente, ainda não tem essa dimensão, essa consistência.

O.S. - Hoje em dia, dos emergentes, o Instituto Confúcio é muito grande.

J.K. - Na China tudo é monumental.

O.S. - É comparável com um *British Council*.

J.K. - E para o Brasil eu não tenho a menor dúvida que em algum momento vai chegar. Ainda não está maduro hoje, não esteve naquela época, mas, eu penso um instituto forte, a cultura brasileira é muito especial. Ela é ecumênica, variada, rica: África, Ásia, Oriente Médio e tudo isso junto com a qualidade da nossa música, da nossa dança, da capoeira, nós temos muito a mostrar. Um instituto cultural poderoso. E a língua portuguesa é falada por duzentos e cinquenta milhões de pessoas, é uma das cinco mais faladas e tem potencial. Vamos aguardar o momento mais propício.

O.S. - A seleção da língua portuguesa como língua oficial da ONU fez parte do seu trabalho ou isso é algo maior?

J.K. - Isso já estava acima do meu portfólio naturalmente. É uma coisa política. Tem uma dimensão financeira. Isso exige um desembolso de recursos importantes para ONU. É um desejo do Brasil que isso pudesse ser feito, mas estava bastante fora da minha área. Evidentemente afetaria de alguma maneira, o meu trabalho, mas nós não

tínhamos nenhum poder de decisão sobre isso. Isso era nossa delegação junto às Nações Unidas, a chefia da casa, e o Ministério do Planejamento. Isso tinha implicações, eu não me lembro exatamente dos números, mas poderia ser certamente mais de cinquenta, cem milhões de dólares por ano.

M.T. - Que o Brasil desembolsava para que a ONU contrate quem faça as traduções. Porque todos os documentos oficiais têm que ser traduzidos, claro.

J.K. - E são milhares.

O.S. - Mas tem uma importância política enorme. O Brasil acaba demorando para receber toda a documentação da ONU enquanto os outros já estão lendo.

J.K. - Isso é importante. Quer dizer, eu participei de negociações de diversos fóruns. Em Genebra, por exemplo. Muito embora os diplomatas, de um modo geral, falem inglês, francês e etc., discutir temas delicados, técnicos em uma outra língua não é tão evidente. Pode perder um pouco da sutileza do que está querendo obter. Então, se nós pudessemos discutir na nossa língua, falar em português e explicar, o tradutor terá o seu trabalho de fazer a tradução, eu acho que daria uma maior segurança. Além de ser uma indicação de soberania. Os espanhóis falam o seu idioma. O reconhecimento da importância da cultura e do idioma. Eu pensei que nós vamos caminhar para isso em algum momento, é um processo.

O.S. - Havia nessa época quantos alunos espalhados pelo mundo estudando português financiados pelo Itamaraty?

J.K. - Era importante. Poucos milhares, o maior deles era o de Buenos Aires, tinha dois mil ou três mil, alguma coisa assim. No total eram vinte e cinco mil. Esse era o número total que a gente tinha. Hoje esse número é maior.

O.S. - E são professores brasileiros pagos para sair do Brasil e trabalhar lá?

J.K. - São contratados locais. A maior parte deles brasileiros, professores formados em letras. E, eventualmente, no caso do Paraguai por exemplo, os paraguaios estudaram no Brasil, professores de Letras. No caso da Guiné-Bissau, guineenses que estudaram no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação programa de convênio no Brasil,

retornaram para os seus países. Eu fui muito feliz, eu contratei oito professores na Guiné-Bissau. Foi uma época de ouro, 2008, quando o Brasil estava em uma fase muito boa. Crise no mundo e o Brasil caminhava bem. O Itamaraty dispunha de recurso e orçamento *per si et nona* e a Guiné-Bissau passou a ser um país importante para o Brasil.

O.S. - Como, então, se deu a sua indicação? O senhor já tinha alguma noção do país? Como foi o convite?

J.K. - No fundo, eu não pretendia, particularmente, ser embaixador na Guiné. Havia uma ideia de que eu poderia ser embaixador no Haiti. Havia outros candidatos e entre eles um candidato muito forte e muito bom, diplomata, que é o Igor Kipman. E nessa disputa ele levou a melhor e foi designado embaixador. O Brasil fez um excelente trabalho, reconhecido por todos nós. Eu fiquei, evidentemente, triste com o episódio, mas logo em seguida surgiu essa perspectiva da Guiné-Bissau e outro chefe também, eu tive bons chefes (isso me ajudou muito na vida profissional), o embaixador Paulo César Meira de Vasconcellos, que era chefe do Cultural. Ele me orientou, assim como Seixas Côrrea anos antes em Genebra, e disse: “Vá para Guiné-Bissau. É um país importante para o Brasil, membro da CPLP². O Brasil o está vendo com carinho. Você vá para lá que a sua carreira terá continuidade. Você será promovido, inclusive”. E aconteceu efetivamente tudo o que ele falou. Então, eu aceitei ir para a Guiné, a carreira tem isso, nem todos podem dizer: “Olha, eu vou para Paris, depois vou para Londres” e depois segue direitinho. A carreira tem seus nuances, há sempre uma disputa. Às vezes, você acha que está indo para um lugar espetacular e não é feliz. Você vai para um desafio, tudo parece ser sombrio, e você se sai muito bem, a carreira é bastante variada. E foi, então, nesse contexto de dois anos e meio, esse contexto de promoção e divulgação da língua portuguesa, de um convite do ministro Celso Amorim e da embaixadora Maria Nazaré, também uma pessoa muito querida - ela é chefe de gabinete dele, esposa do Roberto Azevêdo, meu colega de turma (está na OMC, diretor geral). Então, com a intermediação da embaixadora Maria Nazaré e do próprio chanceler Celso

² Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Amorim, eu fui para a Guiné. Em quatro de abril de 2008, eu assumi a embaixada do Brasil na Guiné.

M.T. - A embaixada já existia há muito tempo?

J.K. - Desde a independência do país em 74. A embaixada foi aberta em 75, logo em seguida. Reconhecemos imediatamente e ela começou a funcionar.

M.T. - Esse era um momento especial das relações Brasil com a África. Quais foram as principais orientações, as prioridades?

J.K. - O Brasil até, eu diria, final dos anos sessenta seguia muito Portugal, apoiava muito Portugal, que pretendia manter as colônias. Evidentemente, a situação internacional não permitia mais a manutenção do sistema colonial por muito tempo. Vários países da África já haviam se tornado independente. No caso da Guiné-Bissau a luta começou em 61, com Amílcar Cabral, aqueles líderes do PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Mas o Brasil, então, foi paulatinamente adaptando, mudando a sua posição, se distanciando de Portugal. A partir de um determinado momento, passou a apoiar, de maneira clara, a independência desses países. A Guiné-Bissau, caso concreto, foi colônia por quase quinhentos anos. É um país de um milhão e meio de habitantes, com, pelo menos, dezoito etnias, grupos étnicos diferentes. Essencialmente, é um país em que cinquenta por cento pratica a religião nativa, dez por cento são cristãos e quarenta por cento muçulmanos. Um país muito particular. Portugal, na sua prática, não criou gerência intermediária no país. Então, você tinha os portugueses, os cabo-verdianos que eram os gerentes intermediários em diversas posições e o guineense ficava com as posições mais modestas, mais humildes. Então, quando houve a independência, isso foi importante. Havia postos a ocupar e não havia pessoas totalmente qualificadas para ocupar esses postos, não havia nenhuma instituição de nível superior no país, por exemplo. Então, isso vai fazer parte do contexto histórico da Guiné, de instabilidade, de dificuldades que a gente pode entrar em detalhe.

M.T. - E muito dos personagens ficaram muito tempo.

J.K. - Muito tempo, assassinatos, desaparecimentos, enfim. A Guiné-Bissau, então, se tornou independente em 74. Poucos meses antes, o Amílcar Cabral, um líder intelectual muito importante, conhecido internacionalmente da luta pela independência da Guiné, foi assassinado quando estava na Guiné Conacri. Um episódio que ainda não está muito claro: disputa de poder entre os grupos étnicos, enfim, o exército de libertação. No período de 1974 a 1980, Luís Cabral foi o Presidente da Guiné-Bissau. A Guiné adotou um modelo socialista de governo. Houve desenvolvimento econômico e social bastante razoável até 1980, uma estabilidade política, inclusive, notável. Mas nesse período também havia em gestação um projeto de união de Cabo Verde com a Guiné-Bissau. Então, os dois países estavam negociando para se tornarem um país único. Eles lutaram juntos, têm uma história comum, os mesmos grupos étnicos que estão em um país estão no outro, a mesma língua. Além do português, a língua mais falada é o crioulo - o português é minoria ainda hoje. Então, 1980, o general João Bernardo Nino Vieira achou que essa discussão para a formação de outro país estava privilegiando Cabo Verde em detrimento da Guiné-Bissau: os principais postos de governo a serem ocupados seriam dados para Cabo Verde. Eu não sei os detalhes, talvez haja certo exagero, mas o fato é que ele deu um golpe de Estado, afastou o Luís Cabral e iniciou, em 1980, um longo período, em um primeiro momento, de governo totalitário, até 1994. Em 1994, promoveu eleições. Primeiras eleições foram vencidas por ele mesmo e ele continuou, portanto, no governo. Mas já nesse período, 94-98, a sua autoridade não era a mesma. Ele era autoritário, bastante determinado nas suas posições. Fez muitos inimigos e muitos amigos também, mas tinha uma posição muito forte.

O fato é que houve um episódio marcante em 1998, que foi a venda de armas para o grupo rebelde de Casamansa. Essa atividade causou uma crise interna: acusava-se o Presidente; o Presidente sinalizava que não era ele e teria sido o Exército, o chefe das Forças Armadas. Criou-se um clima que acabou dando início a uma guerra civil (98 e 99). Uma guerra civil que não vou entrar em detalhe, porque levaria muito tempo, mas que foi finalmente vencida pelo Exército em detrimento do Nino Vieira. O Nino Vieira foi exilado, finalmente, em Portugal, onde ficou até 2005. Nesse período, o Ansumane Mané, que era o chefe das Forças Armadas, comandou todo o processo e passou para um processo provisório, que foi o governo de Malam Bacai Sanhá, na época era líder

do PAIGC, que anos depois acabou sendo Presidente. Ansumane Mané ficou, então, como chefe das Forças Armadas e Malam Bacai Sanhá, por um período, cerca de um ano e pouco, foi, então, Presidente interino até a eleição do novo Presidente, que acabou sendo Kumba Yalá. Kumba Yalá é um líder carismático, mas um tanto folclórico também, por outro lado, da tribo Balanta - principal grupo étnico da Guiné-Bissau. Ele fez um governo tumultuado durante três ou quatro anos. Ele foi finalmente deposto pelos próprios militares Balantas que o colocaram lá. A situação chegou a tal ponto que não foi possível mais que ele continuasse no poder. Então, tivemos mais uma crise. Foi escolhido Henrique Rosa, que era um político independente, para ocupar provisoriamente o governo por dois anos. Nesse período foram preparadas as condições para as eleições gerais e presidenciais. O Nino Vieira estava em Lisboa já há alguns anos e planejou o seu retorno para a disputa. Efetivamente ele retornou e disputou. Disputou com Kumba Yalá novamente, disputou com Malam Bacai Sanhá e os venceu. Foi para o segundo turno com o Malam Bacai Sanhá e no segundo turno venceu as eleições. Então, de 2005 até 2009 (quando ele foi assassinado) ele governou. Mas o segundo mandato ou segundo período no poder do Nino Vieira foi já um segundo período em que a sua autoridade era contestada de maneira bastante aberta - diferentemente dos primeiros anos em que controlava de forma absoluta o governo.

M.T. - O senhor já estava lá há quase um ano quando ele foi assassinado.

J.K. - Exatamente, onze meses.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

M.T. - Você conheceu o Nino Vieira? Você o conhecia bem? Como era esse relacionamento?

J.K. - O Presidente João Bernardo Nino Vieira, eu tive a oportunidade de apresentar credenciais no dia 14 de abril de 2008. Foi uma conversa de cerca de meia hora, muito agradável. Durante os onze meses que eu estive na Guiné, eu pude cumprimentá-lo, falar de maneira muito breve às vezes. O acesso ao Presidente para o embaixador do Brasil era

relativamente muito fácil, mas não houve, nesses onze meses, necessidade de um contato mais direto com ele. Nos últimos meses, ele já limitava um pouco o contato, ele andava com segurança reforçada. Em novembro de 2008, houve uma ameaça - uma ameaça não, uma *clara* tentativa de assassinato. A embaixada do Brasil era próxima, cento e cinquenta metros da residência dele. Então ouvíamos tudo o que passava, os tiros, morteiros, era tudo muito claro. Mas o acesso do Brasil ao presidente era fácil, porque havia um assessor do Presidente que se chamava João - ele está vivo ainda, mas evidentemente não ocupa mais a função, era o chefe de gabinete do Presidente. Esse senhor, um amigo, sempre que eu precisava de alguma coisa da Presidência era através dele. Ele era do convívio da embaixada. Então, o acesso para o Brasil, assim como para Portugal (que era outro parceiro importante junto com Angola) era bastante facilitado. Eu conheci o Presidente sempre sorridente e sempre simpático com o Brasil. Mas já foram seus últimos meses de vida, então se notava certa tensão no ar, sempre uma preocupação, porque já nesse período havia uma contestação clara a sua autoridade, inclusive de parte do Exército dos Balantas. Havia um pacto não escrito de que o fiador do João Bernardo Nino Vieira, o Presidente, era o chefe do Estado Maior das Forças Armadas: general Tagme Na Waie de origem Balanta. É interessante notar que João Bernardo Vieira era Papel, que era um outro grupo étnico, mas ele foi adotado pelos Balantas durante a guerra da Independência. Ele era muito valente. O João Bernardo Nino Vieira e os Balantas são uma tribo fisicamente forte e muito valente. Então, ele lutava com grande bravura durante o processo de independência. Em um determinado episódio, ele se exilou em uma tribo Balanta e foi procurado pelos portugueses e os Balantas não o entregaram. Ele passou como se fosse um Balanta, foi adotado. Isso o ajudou muito depois no seu processo de chegada ao poder, porque ele aliou inteligência, capacidade e bravura a um suporte e a uma simpatia de uma tribo que tem quase trinta por cento da população. Isso deu a ele uma dimensão especial.

M.T. - Certo. Ele foi uma figura carismática? Era a primeira, talvez, segunda geração de líderes pós-coloniais?

J.K. - Primeira. Quando a luta de independência teve início, ele teria vinte anos, até menos, dezoito, mas, era um guerreiro bravo, valente e rapidamente atingiu os postos de capitão, coronel, na guerra. Ele é líder de primeira geração, junto com Amílcar Cabral, que era um

pouco mais velho do que ele naturalmente, e foi o líder que permaneceu durante mais de vinte anos no poder.

M.T. - Ele era uma figura carismática? Ele tinha esse apelo popular?

J.K. - Pessoalmente eu não diria. Tem sempre a autoridade do Presidente, mas a credibilidade dele advinha da sua participação no processo de independência, de ter arriscado a vida inúmeras vezes para conseguir a independência. O PAIGC, que é o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, tinha alguns grandes líderes e ele era, certamente, o maior deles. Era o maior desse partido. Havia outros, o Ansumane Mané, o próprio Tagme Na Waie, mas ele era o mais inteligente deles, que somava bravura militar com uma percepção estratégica adequada para chegar à chefia do Executivo. Havia um pacto entre os militares Balantas, que já divergiam do Nino Vieira, dizendo: “Olha, se algo acontecer com o general Tagme Na Waie, se ele for assassinado, imediatamente em seguida o Presidente também será”. Porque já nesse período havia insistentes rumores, não quero fazer juízo de valor porque não tenho documentos comprobatórios obviamente, mas já se sabia que o tráfico de drogas, por exemplo, era uma coisa que passou a existir e era um nicho, um assunto importante. Então houve esses atritos. Evidentemente, o Presidente João Bernardo Vieira, por ser um líder autoritário, contrariou vários interesses e os grupos que se sentiram afetados começaram a fazer uma oposição mais sistemática. No dia dois de março de 2009, o Tagme Na Waie foi assassinado, horas depois o Presidente Vieira foi assassinado. E minha esposa e eu pudemos ouvir a gritaria, morteiros, metralhadoras. A residência pessoal do Presidente é uma distância de cento e poucos metros.

O.S. - Mas o seu escritório era em outro lugar?

J.K. - Não, é junto, é um *compound*. E o assassinato foi entre duas e quatro da manhã. Estávamos dormindo. No caso, o agente brasileiro, o coronel do Exército que servia no Uniogbis³, que na época não era um time integrado ainda, não era um escritório integrado das Nações Unidas, me ligou durante toda a noite: “Olha, está acontecendo isso”. Já na noite anterior, sete ou oito horas da noite, quando o Tagme Na Waie foi assassinado ele já começou a me informar quase que a cada trinta minutos e dizia claramente: “Olha, o general foi

³ United Nations Integrated Peace-Building Office in Guinea-Bissau.

assassinado, mas não vai parar aí. Vamos ficar atento que vai haver desdobramento”. Eu já sabia que algo ia acontecer.

M.T. - Esse general era brasileiro e estava na embaixada?

J.K. - Não, ele era coronel do Exército e estava no Uniogbis. Ele servia como boina azul na ONU. Então, ele ficou dois anos na Guiné e depois se retirou. Ele, como estava no escritório da ONU, tinha informações frescas, privilegiadas. Como militar, circulava pelo Exército e Aeronáutica, e os seus colegas de arma passavam informações: “Olha, vai acontecer isso. Cuidado com aquilo”. Então era uma coisa mais ou menos óbvia que ia acontecer. O Presidente foi assassinado e iniciamos um novo capítulo da vida do país.

M.T. - Quais eram as prioridades, as principais orientações? Qual era o projeto que estava acontecendo na embaixada? Quando o senhor chegou à Guiné-Bissau recebe uma quantidade significativa de recursos da ABC, tem alguns projetos em andamento. Qual era a ideia?

J.K. - Olha, quando eu cheguei na embaixada, o centro cultural estava praticamente parado por razões internas que não vem ao caso detalhar. Mas nós não tínhamos nenhum aluno no centro cultural, não tínhamos professores. Estava em período de transição,, os projetos de cooperação, alguns já existiam, estavam em andamento e várias missões da ABC já visitavam o país desde 2005. E todo esse processo de cooperação bilateral ia se intensificar muito. Um pouco antes, a partir de 2005, ele começou a tomar um vulto muito importante. Eu fui muito feliz. Cheguei dois anos depois e encontrei já várias sementes boas plantadas e plantei outras. Deixei o posto em 2008 com mais de vinte projetos, uma boa parte deles está finalizada. Mas, com relação ao centro cultural, e aí eu me reporto novamente ao embaixador Paulo César Meira Vasconcellos, que sempre me guiou, me orientou, foi muito importante para a minha carreira, ele me ajudou muito com recursos para reformar o centro. Eu construí mais quatro salas de aula, construí uma biblioteca, reformulei o *compound*, contratei oito professores de português (foi uma coisa extraordinária) e cheguei a ter mil e oitenta alunos no centro cultural. Foi uma coisa muito gratificante ter chegado a esse nível, um nível semelhante a Buenos Aires, superior a outros países importantes como Paraguai, por exemplo, em termos de alunos. A demanda era imensa, havia quatro mil jovens guineenses interessados em estudar português, literatura, cultura portuguesa. Então, nós fomos muito felizes em incrementar essa parcela. Estamos falando de atividades educacionais lá e aqui através do PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de

Graduação - e PEC-PG - Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação - nós fomos também bastante felizes, conseguimos mandar mais mil e duzentos alunos em quatro anos.

O.S. - De lá para estudar aqui?

J.K. - Nas melhores faculdades brasileiras. Então, eu acho que o Brasil prestou, como deve ser, uma contribuição bastante importante para um país jovem com poucos doutores, com poucos profissionais de nível superior. Nós deixamos mil e duzentas sementes plantadas aqui e muitas floresceram. Então, isso foi mais um avanço no processo de aproximação. Mas esse processo de aproximação teve um momento importante, que foi dezembro de 2007. Foi quando o Brasil aceitou o desafio de chefiar, presidir a Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas, a CCP. A partir desse momento, o embaixador Celso Amorim, o próprio Samuel Pinheiro Guimarães, o Everton Vargas - grandes embaixadores da Casa - e o Paulo César Meira de Vasconcellos disseram: “Olha, a partir desse momento, a Guiné-Bissau vai ocupar um status diferenciado no nosso relacionamento com os países africanos e mesmo com relação aos países da CPLP”. Porque tem países da CPLP que tem outra história, outro nível, como a Angola, que a relação vai mais para o comércio, também pela cultura, mas muito mais pelo comércio. O comércio chega a oito bilhões de dólares. É outra dimensão.

M.T. – O Brasil tem papel significativo na economia da Guiné-Bissau? É uma economia muito informal, não é?

J.K. – Não. A economia, a balança bilateral é mínima, quase não há. O que há é cooperação e doação, isso há bastante.

M.T. - Não é castanha o maior?

J.K. - Isso. Em termos de produção econômica, oitenta e cinco por cento do que a Guiné-Bissau produz e vende é castanha-de-caju. Castanha-de-caju e não beneficiada: tira o pedúnculo, limpa um pouquinho (eu fui às fábricas várias vezes) bota dentro de um saco de vinte quilos, cinco quilos e vendem por um preço irrisório e outros países se beneficiam, ganham dez vezes mais - colocam em um caixinha, colocam sal, multiplicam por vinte [risos]. Então, é um desafio muito grande. Os recursos haliêuticos também são importantes. A Guiné-Bissau tem uma costa onde podemos encontrar peixes em abundância e de boa qualidade:

camarões tigras, por exemplo, são espetaculares e a preços acessíveis para quem vive lá. Mas também essa riqueza não é aproveitada da melhor maneira possível.

M.T. - Houve tentativas de ampliar esse fluxo comercial. Onde isso é muito concreto, é muito difícil, não é?

J.K. - Não. O que o governo guineense arrecada com a venda desses recursos não é suficiente nem para pagar o salário dos funcionários, nem para mover a máquina governamental. Estou falando de até 2012, isso pode ter mudado. Quarenta por cento dos recursos vem do exterior para complementar o orçamento do Estado. Então, o que nós fizemos? Nós procuramos atuar com o guarda-chuva da Comissão de Produção da Paz, que é a orientação geral. Porque, qual é o objetivo da Comissão? Servir como uma plataforma de diálogo com os demais países para convencê-los, para mostrar a importância da dificuldade do país e procurar atrair o apoio desses países para ajudar a Guiné-Bissau.

M.T. - O Brasil fez uma visita logo que o senhor assumiu.

J.K. - Eu, antes de assumir o posto (assumi em abril), em janeiro, passei quinze dias lá ainda quando o embaixador João Batista Cruz era o titular do posto. Então, a embaixadora Viotti teve uma atuação destacada à frente do Conselho de Segurança. Ela foi pelo menos seis vezes, durante a minha gestão, à Guiné-Bissau. Eu sei que o embaixador Patriota, que a substituiu, em um ano e meio foi duas vezes. É presidente da CCP como um todo e especificamente da configuração da Guiné-Bissau. Então, o Brasil está assumindo uma importância e um carinho, com relação a um país cada vez mais importante. Há certas correntes do Itamaraty, do governo, que pensam, advogam que já que o Brasil vai praticar um *phase out* no Haiti, que possa fazer *phase in*, repassar para a Guiné-Bissau. Eu entendo que o embaixador Patriota é um dos embaixadores que advogam por essa linha. Ele tem um carinho também muito grande com a Guiné. Quando eu estive lá, ele foi como chanceler e a visitou. Ele saiu muito bem impressionado no sentido, talvez, positivo e negativo. Negativo com a dificuldade que o país enfrentava e ainda enfrenta.

M.T. - Quando foi essa visita?

J.K. - 2011. Setembro de 2011, mais ou menos.

M.T. - Já havia certa instabilidade?

J.K. - A instabilidade foi recorrente.

O.S. - Isso é impressionante, provavelmente porque há outros poucos países com presença de pessoas importantes: O Ministro de Relações Exteriores chegando, enviando pessoas importantes...

J.K. - E suas técnicas. Cento e trinta, pelo menos, na minha época.

O.S. - Ministro da Justiça e etc.

J.K. - E da Defesa.

O.S. - Então, foi também visível para o governo local.

J.K. - O Brasil foi assumindo responsabilidades crescentes. Começou em 2005 com o projeto do SENAI, por exemplo, formação profissional: eletricitista.

M.T. - O Presidente Lula visitou?

J.K. - Isso. Visitou no princípio e o embaixador Celso Amorim inaugurou. Já na minha gestão como embaixador tive a alegria e a honra de recebê-lo. Aliás, duas vezes ele esteve lá. Então, a partir daí, essa cooperação se deu através, por exemplo, da Embrapa⁴ (vários projetos), cooperação com a secretaria de Direitos Humanos na Presidência da República tem vários projetos, também com a Polícia Federal.

M.T. - Esses projetos buscam ajudar o aparato de Estado?

J.K. - Basicamente: formação de capacidade, de lideranças, quase de renovação do Estado, criação do Estado, eu acho que condições mínimas para que o país possa ser um Estado efetivo, com qualificações para governar. Porque a nossa cooperação foi em múltiplos setores. Foi desde Forças Armadas, segurança, saúde, educação, cultural, direitos humanos. Enfim, um leque muito grande: formação técnica, combate à Aids, que é um projeto muito bonito. O Brasil, todo ano, doa sete toneladas e meia de antirretrovirais para o governo da Guiné-Bissau. É um momento de grande emoção até porque o embaixador faz a entrega, há representantes da

⁴ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

comunidade soro-positiva, que se mantém viva dessa generosidade do governo, do povo brasileiro.

O.S. - Então, naquela época, pelo menos, foi o país com uma atuação brasileira mais completa. Eu sei que essa palavra tem uma conotação negativa, mas é uma espécie quase de *nation building*, ou seja, é realmente uma atuação muito ampla, muitas áreas, muita formação. Naquela época, o Brasil comparava-se com outros atores que tiveram um atuação tão ampla?

J.K. - Havia outros atores muito importantes: Portugal, historicamente, é um ator incontornável por razões históricas que todos conhecemos. Portugal tem, penso eu, uma responsabilidade diferenciada. Afinal de contas, pertenceu a Portugal por quase quinhentos anos e muito do que acontece ou não acontece no país tem responsabilidade de Portugal. Então, Portugal mantém uma equipe de professores, acho que são oitenta professores, que auxiliam na rede de educação básica, mantém projetos de cooperação policial, segurança. Com grande frequência, doa recursos, treina e é muito ouvido, Portugal os, treina e o e muito criticado eventualmente. Claro, não podemos comparar, mas como Brasil no Paraguai, é uma relação especial - se bem que diferente, não podemos comparar essas coisas. Mas, por exemplo, a China vem tendo uma atuação cada vez mais forte, diferenciada. A China constrói estádio de futebol, Parlamento, casa do governo, algumas estradas e, como contrapartida, recebe pesca, recursos da pesca, madeira e etc. É um interesse mais direto. Não é uma cooperação como o Brasil faz. O Brasil tem vinte e três projetos de cooperação e essa cooperação é feita de uma maneira diferente, um diálogo: vai, conversa, ouve e só faz aquilo que a parte interessada está convencida de que é bom para ela. Então, é um diálogo muito de ouvir com atenção, não é uma coisa imposta e não visa um interesse imediato. Visará ao longo prazo algum tipo de interesse: simpatia pelo país ter ajudado. Se você desenvolve vários projetos bem sucedidos, o país chega interessado em fazer negócios eventualmente.

M.T. - Quem mais participa desse ambiente de cooperação internacional na Guiné-Bissau? O senhor disse que quarenta por cento do orçamento vem de ajuda externa.

J.K. - A União Europeia é outro ator importantíssimo, incontornável também. No sentido de que a União Europeia vem trabalhando, nos últimos anos, por exemplo, para viabilizar a reforma do setor chamado Defesa e Segurança (agora é só de Segurança); na reforma do setor de Segurança. Durante vários anos funcionou uma missão da União Europeia para,

especificamente, trabalhar, promover, ensinar, mostrar como se poderia chegar, de uma maneira consequente, cartesiana, a uma performance do setor de Defesa e Segurança, do setor de Segurança. Havia, inclusive, estudos com custos, mês a mês: quantas pessoas iam sair, de que nível elas iam sair, quanto isso ia custar. Enfim, muito bem planejado. Nunca pode ser implementado de forma definitiva por resistência.

M.T. - Do Congresso.

J.K. - Naturalmente, que não sentiu que havia segurança necessária para eles e também porque quando o processo começava a andar um pouquinho, aí caía o governo e aí a negociação recomeçava. Isso vem, basicamente, até hoje, mas hoje já com tonalidade mais positiva.

M.T. - Há muitos grupos rebeldes a serem desmobilizados? Que a guerra civil deixou, como em outros países da região?

J.K. - Grupos rebeldes não. O que acontece é que o Exército da Guiné é um Exército que foi reaproveitado. Quer dizer, muitas pessoas lutaram na época da independência do país e foram absorvidos como militares. Enfim, esse Exército informal. Uma boa parte deles não tem qualificação, muitos são analfabetos e aí o processo de promoção não é meritocrático - para usar uma palavra. Então, ele é extremamente concentrado no *meeting* dos Balantas e isso é um motivo de tensões. Os Balantas, evidentemente, querem participar da vida política e com Kumba Yalá eles participaram da maneira como podiam, talvez não tão eficiente quanto seria razoável, mas eles ocuparam chefias de ministérios, postos. Com a queda do Kumba Yalá, eles perderam bastante do espaço que tinham dentro do governo como um todo, se concentraram nas Forças Armadas e passaram a afetar, a causar, de acordo com seus interesses, instabilidade no governo, buscando colocar nas posições chave pessoas que tivessem mais próximas de seus interesses. Então, essa etnia e o Exército - essencialmente o Exército, a Marinha um pouco menos, tem essa característica importante. A União Europeia é um ator importante, constrói, por exemplo, pontes, estradas, infraestruturas em geral. A UE e Portugal também jogam em dois chapéus, bilateral e plurilateral. Então, ele é um ator importante, tem uma embaixada bastante ativa e eles têm diversos projetos com o país, inclusive na área cultural. Mas o Brasil se diferencia. O diferencial brasileiro é que fala português, certo? E o Brasil tem metade de sua população de ascendência africana. Então há uma empatia: futebol, música, dança, capoeira, samba. Tudo tem muito a ver com a mentalidade do guineense. Era normal eu assistir cenas

curiosas: quando o Flamengo ganhava aqui, tinha uma torcida do Flamengo que saía com a bandeira do Flamengo [risos] É uma coisa muito interessante. Inclusive já havia uma espécie do que os gaúchos dizem CTG, Centro de Tradições Gaúchas, mas um grupo lá - não gaúcho - que era flamenguista, que discutia futebol. O futebol da Guiné é quase inexistente, muito modesto, então, eles discutem muito o futebol português e um pouco do futebol brasileiro e se encantam.

O.S. - O Flamengo ganhou o Brasileirão naquela época. [risos]

J.K. - A importância do Brasil foi crescente. Eu tive a felicidade de receber cento e trinta missões. Por exemplo, recentemente foi inaugurada uma escola da UNESCO⁵ na Guiné-Bissau com o apoio da Agência Brasileira de Cooperções, do Instituto ELO e Gol de Letra, do Rai, aqui de São Paulo. É uma parceria de várias mãos que, com muita generosidade, foi bem sucedida. Semana retrasada foi inaugurada. É uma escola *sept sur sept*, funciona todos os dias da semana. Ela é gerida pela comunidade, carente, chama-se São Paulo, bairro São Paulo. Você pode imaginar uma carência absoluta, como se fosse século XIII, século XIV, tudo muito difícil. A escola está pronta: recebe duzentos e sessenta alunos, dois turnos. Foi uma alegria muito grande. Esse é um dos projetos. E para esse projeto houve pelo menos dez visitas, porque tem que discutir o projeto, visitar o local, pedir autorização. Então, há muitos obstáculos a serem transpostos. No caso concreto dessa escola, é uma *petite histoire* paralela, havia uma disputa pelo terreno. O terreno era do governo teoricamente, mas havia uma família que achava que era dona. A embaixada teve que ir lá negociar e aí nós tomamos uma água ardente para selar, embaixo de uma mangueira, o embaixador e tal, para selar a amizade e o compromisso de que o terreno seria cedido à escola para a comunidade e o governo pagaria ou cederia outro terreno, em outro lugar. Foi uma arquitetura complicada, difícil, levou meses de negociação, mas chegamos a um bom termo e a escolinha está funcionando. Esse é o tipo de dificuldade que tem que superar. As chuvas são terríveis quando começam, inundam tudo e a obra teve que ser parada. Toda a dificuldade que a gente pode imaginar.

M.T. - E em comparação com, por exemplo, Portugal. Era muito maior ou muito menor o volume de cooperação, em termos financeiros, de esforços e delegações?

⁵ Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura.

J.K. - Em termos de projetos e de missões, o Brasil foi maior. Por exemplo, havia missões para a defesa do interesse da mulher. A mulher na África é um *maillon faible*, o elo fraco no sentido de que ela trabalha... Na verdade, é o elo forte, porque ela faz tudo: trabalha, cuida dos filhos, enquanto os homens de um modo geral levam uma vida um pouco mais tranquila, discutindo filosofia debaixo de mangueira. Então ela com o filho nas costas, outro na barriga e caminhando, é uma situação muito peculiar. Havia missões brasileiras, do Ministério da Saúde, por exemplo, foram lá para explicar como se faz controle de natalidade, como lidar com a violência contra a mulher, orientando sobre a incisão genital feminina que é um problema ainda em vários países da África. É uma cultura milenar. E o Brasil tem feito um esforço, juntamente com outros países, inclusive as Nações Unidas, no sentido de conscientizar do risco para a mulher. Muitas morrem nessas cirurgias pela falta de higiene básica. Enfim, esse tipo de ação. Registro de nascimento foi outra. Várias missões da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. O guineense, por falta de recursos, nasce no interior do país, não tem recursos para ir à capital registrar o filho. Então, o filho tem seis ou sete anos e não tem nome, é um apelido, não tem data de nascimento, sendo que isso é direitos humanos, é cidadania. Então, dois projetos já foram feitos. Montamos bases de dado, controle, visitamos. E tem mais dois na *timeline*, são várias ações.

Eu diria que nós cooperávamos um pouco mais em termos de números de projetos, de iniciativas variadas. Portugal tinha um prédio onde ele mantinha quarenta ou sessenta professores vivendo lá e atuando no sistema educacional. Promovia várias atividades culturais, mas o centro cultural brasileiro era até mais ativo nesse sentido. E tinha treinamentos de policiais com grande frequência e de política judiciária, que é outra área que Portugal se dedicava com grande intensidade e que é uma das fraquezas da Guiné. Na Guiné, havia impunidade e a capacidade do sistema judiciário de atuar era muito pequena. Nós presenciamos algumas cenas muito tristes no sentido de que determinado militar das Forças Armadas praticava um ato, um crime, uma agressão e era preso pela polícia judiciária, que tem a função de prender. No dia seguinte ou na madrugada um colega das Forças Armadas ia lá, arrebatava, tirava da prisão, batia no guarda que estava vigiando e ficava por isso mesmo. Outro evento, por exemplo: os policiais militares, normalmente pessoas robustas, fortes encontravam com a polícia judiciária, até mesmo a polícia normal de rua e por razões, por diferenças quaisquer batiam nos policiais. Policial do Exército espanca policial e fica por isso mesmo. É difícil

submeter, trazer à justiça, porque é de uma tribo forte que comanda as Forças Armadas e que tem um diálogo mais vertical com a população. Os desafios são enormes. É isso: *nation building*, acho que seria esse o nome. Em todas as áreas.

J.K. - É, em algum momento, meados de 2009, mas eu não tenho a data de memória. E eles ficariam até o golpe de doze de abril de 2012, quando a MISANG foi substituída pela ECOMIB, da ECOWAS⁶ na Guiné-Bissau. A Misang não conseguiu, infelizmente, atingir os seus objetivos. Porque ela não tinha o objetivo de atacar ou de avançar sobre ninguém. Não tinha o direito de (nas Nações Unidas é o artigo sétimo da carta) de usar a força. E era *control damage*, basicamente.

M.T. - E eles tinham um papel, em geral, estabilizador? E era de fato estabilizador ou existiam tensões?

J.K. - É estabilizador. Tensões claras, e é aí onde eu quero chegar. Mas havia também o interesse econômico de Angola muito forte. Angola nesse período passava por um crescimento vertiginoso. Chegou a crescer trinta por cento ao ano, vinte, quinze.

M.T. - O auge do preço do petróleo.

J.K. - Sim, agora bem menos que naquela época. E evidentemente Angola começou a exercitar sua musculatura econômica e política na região. Esse exercício chegou até Guiné-Bissau e através do Carlos Gomes Júnior, que tinha também uma proximidade com a Guiné muito importante. Então, a aquisição, por exemplo, de recursos minerais: bauxita, fosfato, madeiras, pesca etc. Recursos de modo geral. Angola começou a ter uma entrada cada vez maior. No caso da bauxita, do fosfato também, nunca prosperou porque a disputa interna e os golpes sucessivos permitiam o início da exploração. Mas, enfim, havia a presença angolana, inclusive com a Misang. E a proximidade e as visitas do Chikoty, que era o chanceler na época. Reiteradas visitas à comunidade, o próprio Carlos Gomes Júnior indo a Luanda. Enfim, isso era visto como uma preocupação por outros atores regionais. Nigéria, por exemplo, principalmente a Nigéria, que é o líder natural daquela região, da ECOWAS.

M.T. - E controla a ECOWAS.

⁶ Economic Community of West African States.

J.K. - A ECOWAS que controla. Evidentemente se sentiu incomodada com a atividade tão assertiva de Angola. E o Senegal também nessa mesma linha. Senegal preocupado com Casamance, que é questão já de muitos anos: independência do pequeno território entre o Senegal e a Guiné-Bissau. E ele preferiria manter Angola distante e garantir que a Guiné-Bissau não seria um país que poderia de alguma maneira apoiar Casamance. Então o Senegal tem essa preocupação clara de manter a Guiné-Bissau neutra na questão da Casamance, que já foi causa de guerras de 1998 a 1999. Na época, isso é um dado importante, e eu acho que foi o motivo da derrota do Nino Vieira. Ele chamou militares do Senegal e da Guiné Conacri para lutar contra os guineenses. Esse foi um fator crucial. Ou seja, outros países, vizinhos vieram para matar guineenses. Com isso, o povo e o exército não se conformaram evidentemente. Voltando aqui aos grandes atores: o papel de Angola. Então Angola chegou a ter um papel muito grande, muito importante, crescente, mas, enfim, a dinâmica de poder da região fez com que Angola tivesse que retroceder.

M.T. - E Angola tinha alguma relação especial com algum setor do governo?

J.K. - Com o Primeiro Ministro. Carlos Gomes Júnior, até 2012.

M.T. - Ele era primeiro ministro já quando Raimundo Pereira assumiu interinamente.

J.K. - Isso, exatamente. Então Raimundo Pereira assumiu interinamente em 2009. Acho que por alguns meses e ele foi eleito. Ele era o líder do PAIGC, foi eleito então assumiu o cargo de primeiro ministro muito forte, com *grande* autoridade. Mas aí está, a convivência entre os dois não foi fácil, foi uma convivência sofrível, porque a Constituição guineense ela não deixa muito claro o espaço de cada um. E há até um movimento para a reforma da Constituição, que eu não saberia dizer exatamente em que ponto está. Mas o fato é que o Carlos Gomes Júnior manobrou para conseguir interpretar, já que tinha a maioria no Congresso, na Câmara dos Deputados, interpretar a Constituição favoravelmente à sua atuação, ampliando seu nível de atuação. E isso causou ressentimentos no presidente Malam Bakai Sanhá. E houve durante os dois anos e meio do governo Malam Bakai Sanhá reiterados atritos para saber quem ocuparia tal espaço, enfim, acomodações.

M.T. - E a queda do primeiro ministro, o declínio do poder dele, coincide com o declínio da influência de Angola.

J.K. - Exatamente. Eu acho que uma coisa caminha junto com a outra. Quando o Tagme Na Waie foi assassinado, houve eleições, o Malam Bakai Sanhá assumiu. Houve a governança interina do Raimundo Pereira e o almirante Zamora Induta foi escolhido como chefe. A função de Chefe das Forças Armadas é crucial. Dizem que é umas das posições, das funções de maior risco na Guiné, porque nenhum resiste muito tempo. Acaba sendo assassinado. Mas o Zamora Induta era próximo do Carlos Gomes Júnior. Então, cada primeiro ministro, cada Presidente buscava um apoio nas Forças Armadas através de um homem de confiança. O Zamora Induta então foi o homem de confiança de Carlos Gomes Júnior de 2009 a 2010. Em 2010 houve mais uma tentativa de golpe do então tenente coronel António Indjai não contente com a condução do processo para os militares do Zamora Induta - que aí não vamos entrar em um detalhe tão grande, mas o fato é que houve um golpe na verdade. O Raimundo Pereira, o Zamora Induta e o Carlos Gomes Júnior foram presos durante horas e houve uma grande movimentação militar. Tudo acontece ali em torno da embaixada, porque é em frente ao parlamento, então tudo é próximo e é uma cidade pequena. Então o que é que aconteceu: o Zamora Induta, durante um ano, foi o homem forte, o garante do governo. Ele cá com essa “quartelada”, vamos dizer, de abril de 2010 e ascende à cena guineense, então, António Indjai, que passou de tenente-coronel para general. Enfim, foi logo para a chefia das Forças Armadas, trouxe com ele os seus auxiliares, que também foram promovidos rapidamente. Começou um novo período em que Carlos Gomes Júnior, que tinha Induta como seu homem de confiança, aceitou, acolheu António Indjai como o novo homem forte das Forças Armadas e passou a conviver com ele. E essa convivência nunca foi fácil e foi desembocar em 2012.

O.S. – Sobre essas informações que o senhor conta, o senhor as obteve por meio de conversas diretas com esses indivíduos? Manteve contato direto com os chefes das Forças Armadas? Havia quantas pessoas na embaixada nessa época?

J.K. - Diplomatas dois, eu e mais um assessor, e mais uns trinta e oito funcionários locais. Oito professores. Quando eu cheguei eram vinte quatro ou vinte e cinco. Eu contratei vinte funcionários quando eu cheguei. O setor comercial estava parado, eu contratei dois para o comercial. O setor consular se ressentia de apoio, eu contratei mais dois. Na época não faltavam recursos e o Itamaraty olhou a Guiné-Bissau como um país importante. Eu contratei oito professores, coloquei o centro para funcionar, uma diretora do centro, um leitor. Enfim

contratei mais um motorista. E precisava, porque cento e trinta missões, eu tinha que dar atenção às pessoas. Guiné-Bissau não tem táxi, não tem energia elétrica, só geradores. Então à noite, por exemplo, só os poucos hotéis e as residências mais abastadas que tinham um gerador próprio. Se não era a vida como ela é. Era escuro à noite, então eu tinha que dar apoio a essas pessoas.

O.S. - O senhor passava acompanhando essas pessoas, por exemplo? Era praxe o senhor se encontrar com essas pessoas para acompanhar ou havia esse diplomata sempre na rua coletando informações?

J.K. - No caso dos militares, de novo, o contato do embaixador, como é no meu caso, eu falo dos quatro anos que eu fiquei lá, quatro anos e pouco, meu contato era o primeiro ministro. Havia alguns ministros como o Artur Silva que é um grande amigo que eu tive lá. Em algum momento o próprio Domingos Simões Pereira, que é um político de mão cheia, foi secretário-geral da CPP em Lisboa por quatro anos. Eu obtinha essas informações dessas personalidades, que eram líderes históricos também do PAIGC e que tinham um *feeling* do que estava acontecendo, dos riscos, das movimentações. Com os militares, o diálogo era complicado, mais difícil. Até porque alguns não falavam o português, nem inglês e tinha que haver tradução. Eu me valia muito dos oficiais brasileiros e policiais. Houve uma equipe de cinco, nós chegamos a ter cinco policiais brasileiros da Polícia Militar, um de São Paulo, dois de Brasília, um do Paraná, Rio Grande, que iam servir na Uniogbis, escritório integrado das Nações Unidas, e eram fonte de informação. E o chefe da SRSG⁷, que era o representante das Nações Unidas, que era na época o Joseph Mutaboba.

M.T. - Antes de Ramos-Horta.

J.K. - Antes do Ramos Horta, isso mesmo. Ele é um bom amigo também, nós tivemos um relacionamento muito bom. A gente almoçava em casa, eu almoçava na casa dele e tal. Então esse relacionamento pessoal foi importante para saber, porque as coisas nem sempre afloravam assim visivelmente.

[FINAL DO ARQUIVO 2]

⁷ Special Representative of the Secretary-General.

M.T. - Eu queria perguntar sobre a relação com o SRSG. Qual papel e com que frequência ele estava lá? Qual é a relação que se construiu?

J.K. - O SRSG, o embaixador Mutaboba, essencialmente na época em que eu cheguei lá, mantinha reuniões regulares mensais, pelo menos, com os embaixadores e com as representantes do PNUD⁸ das principais agências, do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) etc. Então, ele repassava com a gente a situação, passava a percepção que ele tinha dos acontecimentos e se nutria também das nossas informações. Todos podíamos ter uma ideia do que estava acontecendo, vasos comunicantes, todo mundo dava seu depoimento. Com isso ele podia também avançar com a sua política, sua estratégia para a Guiné-Bissau. Ele, por exemplo, mantinha reuniões regulares com os militares, também com o Presidente e com o primeiro ministro, e então repassava para o corpo diplomático a visão e pedia opinião, o que nós achávamos.

M.T. - Ele realmente estava morando lá o tempo inteiro?

J.K. - Sim, *full time*. Só ia eventualmente de férias para casa. Nós viajavamos à Guiné-Bissau, tem noventa e uma ilhas, o arquipélago de Bijagós, que é uma beleza, uma coisa extraordinária. Era uma válvula de escape daquela tensão. Alguns iam de um aviãozinho pequenininho, monomotor, precário. Eu preferia ir de barco. [risos] Eu preferia sempre ir de barco. Então a gente passava finais de semana juntos nessas ilhas. E aí a gente tinha a oportunidade de conversar mais abertamente sobre os temas. Então, mantive um relacionamento que até hoje, pelo Facebook a gente se fala, LinkedIn e tudo o mais. Temos ainda uma proximidade com vários colegas que trabalharam lá naquela época. Mas o escritório é muito ativo, eram cento e vinte pessoas na época. É um escritório grande e importante. Mas era um escritório da ONU, não um garante. Está ali para ajudar, para fazer interlocução com todos os atores, mas há visões, acho que ainda hoje, de que só uma tropa com um mandato, artigo sete da 7 das Nações Unidas, poderia ser uma garantia de que o processo político não sofreria novo soluço.

⁸ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

M.T. - Se esperava, depois de 2012, que a missão da ECOWAS poderia cumprir esse papel até certo ponto. Como o senhor o vê a influência da ECOWAS?

J.K. - O golpe de 2012, aí talvez a gente possa entrar, foi mais um capítulo dessa queda de braço entre os militares, seus interesses, e a vertente do grupo que estava junto com Kadogo. O Kadogo é um político experiente e popular, líder do PAIGC, venceu as eleições. O Malam Bacai Sanhá morreu de morte natural, complicações de saúde, e o Kadogo então viu a oportunidade de chegar à Presidência da República que ele vinha acalentando já há algum tempo. E a vitória do Carlos Gomes Júnior significaria certa proeminência de Angola, e de Portugal por razões que nós já comentamos, de proximidade e de interesse desses atores. O Kadogo ganhou, como era de se esperar, o primeiro turno. Mas não houve o segundo turno. Mais uma vez a democracia, o processo democrático foi interrompido por uma intervenção militar na Guiné. Nesse momento, os principais atores, sejam países, sejam instituições regionais e até mesmo a ONU, o Banco Mundial, multinacionais, recuaram. Decidiram não cooperar ou dar um freio de arrumação no processo de aproximação e apoio à Guiné-Bissau. Isso aconteceu com a União Europeia por exemplo, que tinha a expectativa de desembolsar dez milhões de euros para o SSR, para a reforma do Centro de Segurança, cujo projeto foi em larga medida feito pela União Europeia. Então, todos esses grandes atores pensaram: “Não. Vamos parar para refletir sobre o novo quadro”.

M.T. - Houve sanções da ONU um mês depois.

J.K. - Houve sanções da ONU, alguns líderes militares foram indicados claramente como inseridos em tráfico de drogas, de armas. Então houve reações nos mais diversos níveis. O Brasil, para ficarmos no bilateral, resolveu, então, arrefecer todo o esforço que vinha em várias frentes. Mas ficamos com alguns deles. Ficamos com o SENAI, que é o centro de formação e aprendizado industrial⁹, que era basicamente o centro de formação técnica que formava especialistas em refrigeração, computação, eletricidade, pedreiros, padeiros. Era um centro muito bonito. Para a Guiné-Bissau, eu diria que é de alto nível. E eu tive a satisfação de formar, quando deixei já estava em setecentos ou oitocentos técnicos, o que para um mercado pequenininho já é uma coisa expressiva, muito expressiva. Bom, ficou esse projeto grande,

⁹ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

ficaram os telecentros, também daqueles vinte e três que eu falei. Não mencionei isso, nós tivemos o apoio da Ana Maria Amorim, esposa do chanceler. Ela trabalhava no centro, acho que ainda trabalha no centro. Ela era muito ativa nessa área, nos ajudou com técnicos, com várias visitas daquelas cento e trinta que eu falei. Vários foram ao centro também para viabilizar a implementação de três *lan houses*. Nós tínhamos uma no próprio Centro Cultural. Aí contratei mais gente para cuidar também, por isso que um projeto puxa o outro. Então, temos quatorze computadores funcionando e funcionando bem. E temos até que dar senha, porque o interesse é tão grande. Então os juvenzinhos chegam de manhã, entram na fila para surfar.

O.S. - Isso foi internet de satélite?

J.K. - Satélite. Foi interessante. E abrimos outra no SENAI, que além de formar eletricitistas, tinha também um belo centro, que também tinha fila. A carência é enorme em todas essas áreas. O terceiro telecentro não foi implementado, não deu tempo. Mas ele ficaria no Centro de Formação das Forças Policiais da Guiné-Bissau em João Landim. João Landim é um centro que funcionou. O grupo que construía as pontes da União Europeia, era residência de engenheiros. Um centro bastante interessante e eu negocieei durante a minha gestão, nós negociamos (nunca se deve usar o eu porque ninguém faz nada sozinho na Guiné-Bissau). Somos todos um grupo de pessoas que querem construir. O fato é que reformulamos esse centro. A Polícia Federal foi várias vezes à Guiné-Bissau. O UNODC, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime também esteve atento a isso e participou bastante. O fato é que nós deixamos prontinho um auditório, todo bonitinho, inclusive com estante de tiro e tal para treinamento das forças policiais. E nesse local haveria também um telecentro, só para fechar aí a ideia dos telecentros - que acabou não acontecendo. Todos esses projetos, seja esse projeto do último telecentro, seja o da formação das forças de segurança e treinamento (acho que agora retomou, mas, não tenho esse último dado), ou as várias missões de até seis meses do Exército Brasileiro. Nós conseguimos o quartel que era do Tagma Na Waie, onde explodiu e onde ele morreu. É um quartel importante, no centro da cidade, próximo do centro. Nós iríamos fazer ali uma espécie de Aman em minitatura, coisa menor, muito menor, em que a nossa ideia era transferir o *know-how* de formação dos oficiais: a disciplina, a ideia de submissão a uma instituição.

M.T. - Controle civil...

J.K. - É. Nós iríamos formar trinta oficiais, essa era a ideia. É um projeto que teria três fases, foi interrompido e ficaria em quinze milhões de dólares. O governo brasileiro nesse momento estava no auge do interesse em realmente ajudar a Guiné-Bissau, mas já se notava as primeiras dificuldades orçamentárias em 2011.

O.S. - Sim, com o desenrolar do novo governo.

J.K. - Do novo governo já, infelizmente a situação já não era a mesma. Mas, esse projeto foi adiado, apesar de muito importante. É um projeto que vai dotar a Guiné-Bissau de uma oficialidade em outro nível. Todos com nível superior, segundo grau completo, estudo para uma preparação adequada. Então essa era outra vertente: treinamento dos policiais, treinamento dos militares, formação de técnicos e agricultura, a Embrapa com vários projetos, plantação de arroz, de feijão resistente a isso e aquilo, a pragas e etc. A cooperação ia por diversas vertentes e nós paramos quase todas, ficamos só com o SENAI e os telecentros basicamente. Ah, continuamos a Escolinha da UNESCO, que foi concluída, em reposta ao golpe de 2012. Aí nós seguimos a CPLP. Foi uma coisa interessante. Houve uma dicotomia importante entre CEDEAO¹⁰, o ECOWAS e a CPLP. Aí houve realmente uma diferença de enfoque fundamental. O Brasil desde o primeiro momento se aliou a Portugal e à CPLP. Houve reuniões em Lisboa onde eu até participei. Na verdade, nesse momento, eu estava impedido de chegar à Guiné-Bissau, foi logo depois do golpe e eu acabei ficando doze dias em Lisboa.

M.T. - O senhor não estava então na Guiné-Bissau?

J.K. - Não, não estava.

O.S. - Por coincidência?

J.K. - Não, eu tirei férias. Na verdade eu vim fazer sabatina para a Polônia e aproveitei e tirei férias. E aí houve eleições, o primeiro turno, mas não o segundo. Essa tensão entre o CEDEAO e o CPLP, dentro daquele pano de fundo de que a CEDEAO tem uma proeminência de Nigéria muito forte. É o maior país, é a maior economia, é a liderança regional natural, aliada ao Senegal que também tem a sua importância regional. A Nigéria pode ter convencido o grupamento regional, que ela lidera, a adotar uma posição mais complacente com o novo

¹⁰ Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

governo que surgia do doze de abril. Então houve discussões e se preparou um cronograma de entrega para o governo novamente aos civis, que era um período de transição de um ano e acabou sendo de dois. Essa transição aconteceu e em larga medida foi bem sucedida, porque é a ECOWAS, quem, até na visão do Brasil, tem a responsabilidade primária pelo que acontece na Guiné -Bissau e é o seu entorno imediato.

M.T. - E são os fiadores militares. Eles mandaram seiscentos militares para lá logo depois do golpe.

J.K. - Isso. É a missão ECOMIB. Essa missão aparentemente conseguiu manter uma calma relativa. Eu tenho dito que houve momentos importantes de tensão em 2012 e 2013. A CPLP se posicionou de maneira principista, muito claramente, e o Brasil se somou a isso.

M.T. - Em Portugal, a primeira reação do Conselho de Segurança foi aliada à da CPLP?

J.K. - Foi paulatinamente se afastando. Penso que foi a decisão mais acertada. É muito difícil continuar a compactuar com golpes sucessivos: 2009, 2010, 2012. Então era preciso, talvez, dar uma mensagem mais forte. “Por esse caminho nós não vamos chegar a um bom termo”. Então, eu penso que a posição adotada pelo Brasil, corretamente, afetou naturalmente o nosso projeto. Afetou talvez um pouco a posição relativa que o Brasil tinha como grande facilitador, provedor de cooperação. Mas deixou uma mensagem clara de que o Brasil quer a Guiné-Bissau em uma trajetória democrática muito clara, definida. Bom, em 2013, em uma das reuniões, acho que foi em junho de 2013, a CPLP deu o primeiro passo no sentido da reaproximação, como se estivesse dizendo: “Olha, reconheço que está tendo avanço, um comprometimento do governo com a transição, com as eleições. Então vamos realizar as eleições, gerais e presidenciais”. Então, a partir daí, a CPLP iniciou um processo de retorno não à normalidade, que até hoje ainda não retornou, mas um processo de reaproximação cuidadoso. E nessa época se cogitou a criação do REGB – Representante Especial da CPLP para a Guiné-Bissau – que foi um brasileiro, finalmente Carlos Moura, um grande amigo, que ficou até alojado na embaixada. Nós facilitamos, Angola e Brasil financiaram em um primeiro momento. Ele fez um trabalho de acompanhamento da situação no terreno, da evolução da transição e informava periodicamente a CPLP. E, mais tarde, houve a decisão de institucionalizar o cargo. Assim como a União Europeia tem o Ovídio Pequeno como o seu representante lá na Guiné-Bissau, a CPLP terá, eu não sei se ainda é o Carlos Moura, mas ele foi o primeiro. Foi oficializada a

presença de alguém da CPLP para acompanhar os acontecimentos na Guiné-Bissau. Todo o cuidado que nós pudermos ter, todo o cuidado diplomático-político para *control damage*, para informar, para entender o que está acontecendo, é importante para o bom termo do processo político na Guiné, que é um interesse do Brasil, no fundo, e de todos os amigos da Guiné.

M.T. - E José Ramos-Horta depois foi indicado representante especial do Secretário-Geral logo depois do golpe, é isso?

J.K. - Logo depois do golpe, em substituição ao Mutaboba. Então, ele teve a sua atuação. É uma personalidade importante para o mundo da CPLP, para o mundo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e conseguiu uma transição delicada, mas não sem críticas.

M.T. - Ele é creditado como tendo transformado uma sucessão complicada em algo bem sucedido, tanto que hoje ele é coordenador do painel do Secretário-Geral para revisar todas as operações de paz da ONU no mundo inteiro. Em parte como resultado desse trabalho.

J.K. - É verdade. Essa decisão eu confesso que já me distanciei um pouco. Mas, de qualquer maneira, é um esforço que é coletivo: é da ONU, da CCP, da União Africana, CEDEAO, UMOA que é a União Monetária dos Estados da África Ocidental, da PNUD, das agências da ONU. É uma coisa de grande dimensão, são os parceiros bilaterais. Todo esse esforço para buscar um melhor caminho para a Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau tem muitos amigos, tem parceiros que querem ver, assegurar que o país vai caminhar em boa direção. A Guiné-Bissau tem recursos desde bauxita a fosfato, areia pesada, peixes, turismo, madeiras, caju. O principal eu não mencionei: o caju, que, aliás, é uma coisa especial. Enfim, todos esses recursos que precisam ser bem gerenciados e na verdade ainda não são. A Guiné-Bissau não tem uma marinha mercante que possa pescar. Então, aluga suas águas, não necessariamente pelo melhor preço, pela melhor negociação. Nem todo o caju é vendido pagando os impostos devidos, há certa dispersão, desvio. É um Estado, a Nação, ela existe, mas mesmo a Nação é interessante. São dezenove ou dezoito grupamentos étnicos passando por Balantas, Fulas, Papel, Bijagós, Mandingas. São grupamentos que não necessariamente se sentem guineenses. Você pergunta para um Mandinga quem ele é, ele fala: “Eu sou Mandinga, eu sou Papel, eu sou Manjacos, eu sou *whatever*”. Poucos dirão “eu sou guineense”. Então, a nação ainda não está sedimentada, o Estado muito menos.

O.S. - Havia nesse pré-golpe alguma comunicação, por exemplo, com os militares avisando de que em caso de ruptura haveria uma resposta para os projetos?

J.K. - Não, mesmo de maneira sub-reptícia, o Brasil, enquanto eu estive à frente da embaixada, nunca fez ameaças veladas de nenhuma maneira, pelo contrário, eu sempre fui um entusiasta: mais projetos. Infelizmente, havia a possibilidade do retrocesso, mas não houve no trabalho da embaixada e eu acho que de um modo geral, não posso falar pelos outros países, mas o nosso era quase de uma *ilusión*: “Vamos construir, vamos fazer”.

O.S. - Claro, não havia um canal, algum tipo de mecanismo que o pré-golpe, os arquitetos foram comunicados a ir pela comunidade de outros doadores: “Olha esse aí é”?

J.K. - Não, com a União Europeia eu posso imaginar, com outros parceiros essa ameaça era presente, mas não uma coisa assim muito evidente.

O.S. - Ou seja, houve uma comunicação brasileira dos golpistas depois ou algum tipo de pressão internacional imediata na época?

J.K. - O Brasil se uniu à CPLP. A CPLP fez uma declaração forte. Eu saí logo depois. Eu fiquei trinta dias mais ou menos. Eu cheguei em meados de abril e saí meados de maio e eu já estava no processo de desencarnar - quando a gente começa a empacotar as coisas e tal para mudar para um outro país. O Brasil sempre foi um país queridíssimo da Guiné-Bissau. Segurança é um aspecto muito pontual. A embaixada logo quando eu cheguei ficou com uma boa parte de um muro aberta. Porque eles estavam fazendo um poço artesiano, umas das coisas que eu fiz logo que eu cheguei. Passamos dois meses com a embaixada aberta. Tinha seguranças dentro da embaixada. Não tivemos nenhum incidente, nenhuma tentativa de nada. O povo guineense e, no caso particular do Brasil, respeitava aquele espaço porque sabia que o Brasil estava ali para fazer coisas boas, historicamente. Então, havia uma pressão até da população, um sentimento de preservação daquele patrimônio. Eu andava a pé à noite com o meu celular com a luzinha para enxergar, andava de carro e parava em todos os bares. Todos os bares, eram três ou quatro. [risos] Mas, o Caliste e a Baiana que eram centrais, em frente ao centro cultural Francês guineense, que era um ponto alto também da parte cultural. Então, eu andava de camiseta, sem segurança, sem nada, de chinelo de dedo em todos os locais. E reconhecido, porque o meu semblante é diferente do local. Onde eu andava pelos bairros e tal: “Olha o

embaixador do Brasil”. Eles são muito festivos, muito alegres, expansivos. Em termos pessoais, foi muito reconfortante poder deixar aquelas sementes plantadas.

O.S. - Mas a embaixada não foi protegida? Havia um esquema de segurança?

J.K. - Normal, segurança local, guardas locais sem armas, que eram só vigias.

O.S. - Mesmo no momento do assassinato de noite?

J.K. - De segurança especial? Não. Ali a gente contava com a proteção de Deus. [risos]

M.T. - Eu tenho mais algumas perguntas sobre coordenação política durante essa sequência de crimes quando o senhor estava lá. Quais eram as outras embaixadas com as quais você tinha essa reunião mensal?

J.K. - Com o Uniogbis, com o Mutaboba e CPLP.

M.T. - CPLP era o principal?

J.K. - Sempre junto com Angola, Portugal e Brasil. Eram as três únicas embaixadas. Então, nós procurávamos sempre nos tempos mais árduos, mais difíceis, manter certa coordenação e ouvir o que Portugal pensava.

M.T. - Mesmo Angola tendo interesses específicos?

J.K. - Particulares sim, mas Angola é um parceiro da maior importância para o Brasil em um nível global, do relacionamento com a África. Assim como a Nigéria e a África do Sul são parceiros maiúsculos. O relacionamento pessoal era o melhor possível. O embaixador Brito Sozinho era o embaixador de Angola e o embaixador português era um querido amigo. Nós sempre trocávamos telefonemas, reuniões, diárias mesmo. E Portugal tem uma visão diferente da crise, uma visão de quem tem acesso privilegiado a uma estrutura, a pessoas, ao próprio primeiro ministro, muito facilitado pelas razões que nós já vimos. Angola tinha acesso também facilitado pela presença maior, pelo apoio econômico, pela MISANG. E o Brasil pelo capital simpatia, pelos projetos todos em andamento, pelas autoridades, pelo Presidente Lula que esteve lá, pelo ministro Amorim que esteve várias vezes lá, o ministro da Defesa também e várias outras autoridades e personalidades. A Guiné-Bissau reconhecia esse ativismo positivo

do Brasil. Então, a nossa reunião ajudava bastante. Eram três parceiros de certa importância específica local e a gente obtinha informações que eram relevantes para a nossa atividade.

M.T. - E Angola tinha um interesse geral na estabilização obviamente, interesses econômicos também e tinha um interesse no processo democrático.

J.K. - O embaixador António Ricoca Freire.

M.T. - Eles tinham interesse na democratização, a Angola?

J.K. - Com certeza. Angola tinha interesse, naturalmente, cada país com a sua agenda. Aí, a agenda angolana talvez não fosse a mesma do Brasil, mas era boa para o país. Com certeza era boa para o país: aporte de recursos para explorar bauxita etc., são muitos milhões de dólares, então é importante. Um projeto que era sempre mencionado desde quando eu cheguei, mas acabou não saindo do papel: a hidroelétrica de Saltinho, que é um rio importante que passa pela Guiné-Bissau, onde havia um restaurante, muito interessante, de caça. A gente ia lá, escolhia: “Pode matar aí um porco selvagem, um peixe e tal. Prepara que nós vamos com oito pessoas”. E aí eles nadavam no rio depois, à tarde. Tínhamos vários embaixadores, da França, de Cuba que era outra pessoa amiga. Éramos todos amigos. Eram doze embaixadores só no país. Mas então essa hidroelétrica de Saltinho é uma coisa importante e Angola namorava a possibilidade de fazer, a China chegou a considerar a possibilidade de fazer. Havia vários parceiros que estavam querendo ajudar a Guiné-Bissau. E um dos projetos fundamentais, porque não tem energia elétrica, era a de construir uma pequena hidrelétrica. Era uma coisa de dez megawatts, uma coisa bem modesta.

M.T. – Só doze embaixadas, é muito pouco.

J.K. - É muito pouco. Os Estados Unidos estiveram presentes até 1998 e 1999, mas com a crise e guerra civil...

M.T. - Ficou Cuba, Brasil, Angola, Portugal, França...

J.K. - Está falando todos eles. Desses, Espanha, União Europeia, China, Rússia e os *entourages* também: Guiné Conacri, Senegal, Nigéria, basicamente esses.

M.T. - E esse grupo de embaixadores se reunia com frequência?

J.K. - Não havia uma coordenação geral entre embaixadores. Essa coordenação era pilotada em larga medida pelo Mutaboba, pela SRSG.

M.T. - E aí iam todos?

J.K. - Todos. Iam as agências, o PNUD, o PAM – Programa Alimentar Mundial.

M.T. - Reunião de trinta pessoas.

J.K. - Trinta. E todos tem uma importância muito grande porque tem carência alimentar na Guiné-Bissau, é deficiente, o problema da saúde é importante. Na minha época além da Aids, da malária e do tifo, nós tínhamos também problemas com as pessoas que não tinham uma higiene adequada e aí tinham crises, logo dá uma disenteria de cólera. E, logo no primeiro ano em que eu estive lá, em 2008, morreram duzentas e poucas pessoas só na capital. E só tem um hospital no país, Hospital Simões Pereira, em homenagem ao irmão do Domingos Simões Pereira que era um médico muito importante, que faleceu jovem. Mas o fato é que o hospital tinha poucos médicos. O paciente recebia um médico a cada três dias, um acompanhamento precário. Os cubanos tinham um trabalho bonito nessa área. A China chegou a considerar a possibilidade de fazer.

M.T. - Além desse círculo da CPLP mais imediato, qual era a camada seguinte de consultas?

J.K. - No meu caso particular, eu me valia de alguns ministros-chave com quem eu mantinha um relacionamento pessoal intenso, próximo. No caso concreto, o Artur Silva, que estudou em Pernambuco, é engenheiro de Pesca. Ele é amigo do Brasil, amante do Brasil, deixou, inclusive, um filho, tem uma ligação eterna com Pernambuco. Ele foi então o meu interlocutor privilegiado durante um bom tempo. E como ele era membro do comitê central do PAIGC, ele era uma pessoa bem informada. Frequentemente, estávamos almoçando ou jantando e ele me dava o quadro: para onde ia, para onde não ia, eu me valia de amigos bem posicionados no governo, CPLP, Uniogbis e a minha observação, naturalmente, meus contatos, história que a gente havia construído.

M.T. - Havia alguma relação com a missão em Nova York? Por causa da *Peacebuilding Commission*.

J.K. - Sim, o relacionamento com a embaixadora Maria Luiza Viotti, além de amiga pessoal querida - mineira, como a minha mulher também, as duas se dão muito bem – ela é muito ativa e muito presente. E desenvolveu um carinho pela Guiné-Bissau muito grande. Ela, apesar da sua agenda atribulada, porque a agenda da representante na ONU é uma coisa impressionante...

O.S. - E ainda estando no Conselho de Segurança.

J.K. - No Conselho de Segurança onde nós já estivemos dez vezes.

J.K. - Inclusive o Itamaraty envia diplomatas adicionais, porque a demanda é muito grande.

O.S. - Óbvio, porque toda essa fase na Líbia...

J.K. - Foi uma fase intensa.

M.T. - Mas como se fazia essa coordenação, com que frequência se comunicavam?

J.K. - Havia comunicação com frequência, por e-mail, por telefone. Ela foi seis vezes. Então, a gente preparava a viagem com antecedência, discutia o que ia ser dito, o que não ia ser dito. Eu fui a Nova York duas vezes acompanhando autoridades guineenses, no caso o chanceler Mano Queta. Era o chanceler na época em que eu estive mais ativo com as Nações Unidas. Então, fazíamos intervenções junto à ONU, o Conselho de Segurança pedindo apoio para a Guiné-Bissau, o plenário também; especificamente na reunião da configuração da Guiné-Bissau, as pequenas reuniões, onde a gente procurava mostrar o estado da arte, como o país estava, a situação. Pedimos, então, que o grupo de países parceiros internacionais continuassem interessados, mantivessem o interesse no país. Então, foi intenso. Agora, é preciso dizer que muita coisa que era feita no contexto da Comissão de Construção da Paz era essencialmente também trabalhada em Nova York. Nós éramos informados das reuniões que aconteciam periodicamente. Vamos colocar em termos simples, mas não exatos: a estratégia vinha de Nova York, mas a execução e o embate ocorriam na embaixada do Brasil. Porque a ONU era para toda a Guiné-Bissau e tinha várias vertentes, e o Brasil encaminhava a parte que lhe cabia, no caso da embaixada. Mas toda a discussão teórica, eventualmente mudanças de como fazer, no DBA, nas negociações, no fundo, no *Peace-Building Fund*: quanto dar, como desembolsar, quando desembolsar, para quê. Isso também. O *Quick Impact Projects*, nós nos baseamos um pouco no Haiti, no caso da política e segurança, você tem que promover criação de emprego,

crescimento econômico. É que as duas coisas tem que ir juntas, não é? Os dois pilares, para a manutenção da paz tem que andar juntos para que não haja reincidência de crises. São países pós-crisis, no caso da Guiné era exatamente isso. O trabalho da Comissão de Construção da Paz em larga medida foi por esse caminho. Os recursos, todos nós sabemos, são insuficientes, então deve-se considerar a dimensão do trabalho que tem que ser feito. Porque o *Peace-Building Fund* somos todos nós, são as parcerias que colocam o dinheiro lá, são outros países. Não é capaz de resolver todos os problemas. Daí a importância da Comissão de Consolidação da Paz no sentido de sensibilizar os atores a continuar olhando para a Guiné e ajudando-a.

M.T. - E a Comissão, de certa maneira, coordenava toda a ajuda ao desenvolvimento do país ou não conseguia fazer isso? Por exemplo, a União Europeia fazia em paralelo, por fora.

J.K. - Fazia em paralelo.

M.T. - Há um papel de coordenação significativo?

J.K. - Esse sempre foi um debate que foi levantado. A dificuldade de coordenação é uma coisa importante. A União Europeia participa do processo, mas tem a sua agenda forte. A União Europeia evidentemente tem uma responsabilidade diferenciada. França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, foram países que, por muitos anos, tiveram uma influência importante na África. Então eles fazem questão e a Guiné-Bissau não é diferente. No caso da Guiné-Bissau é Portugal. A Guiné-Equatorial já é Espanha e por aí vai. Congo já é França e a Bélgica. Então eles tem uma agenda diferenciada. O Brasil tinha sua agenda. A Coordenação no terreno não era fácil, mas era feita pela ONU. A ONU efetivamente tentava e é quem tem a legitimidade para fazer o controle do fundo, para controlar instituições regionais, parceiros individuais. É difícil para um país, para a CPLP fazer. A ONU, por todas as luzes e todas as razões, é o fórum adequado. Como isso saía, se saía de maneira eficiente e eficaz, aí já é outro aspecto. A ONU sempre fez reuniões periódicas do seu time, do Uniogbis para justamente examinar essa questão da eficiência na coordenação, de como fazer melhor, aproveitar melhor os recursos e etc.

O.S. - Eu posso dizer que o Brasil assumiu, talvez, o posto de liderança em relação ao país em Nova York, foi um país referência pela embaixadora Viotti.

M.T. - Como presidente?

J.K. - Com certeza. O único presidente, desde 2007 até hoje. Sempre houve, na época que eu estava lá, um desejo manifesto do governo guineense, não dos vários governos, de que o Brasil não deixasse a Comissão de Consolidação da Paz, porque considera que o Brasil tem um posicionamento equilibrado, favorável, construtivo.

M.T. - E não havia grande coordenação com o ECOWAS , ou seja, com a Nigéria?

J.K. - Havia. A CPLP coordenava com a Nigéria. Nós procurávamos nas reuniões do Mutaboba uma interlocução de todos, com a Nigéria. Mas o resultado final nem sempre era uma coisa ideal. O ambiente era um ambiente em construção, em processo. Não havia soluções claras, definitivas, nem de um lado nem do outro.

M.T. - Não havia interlocutores óbvios, fora a CPLP?

J.K. - É, a CPLP. O Brasil procurava, enfim, atuar junto com o PNUD, com o PAM¹¹, com a UNICEF¹², com todas as instituições, o Banco Mundial, o Fundo Monetário. Enfim aquela plêiade de atores para ajudar a Guiné-Bissau. Mas também Portugal fazia a mesma coisa. E nessa reunião com o Mutaboba é que a gente tinha oportunidade de alguma coordenação, dentro do possível.

M.T. - Eu tenho um último tema. A questão que o *New York Times* fez aquela matéria meio sensacionalista sobre "*The cocaine cup*" e a revista *Foreign Policy* também fez muitas matérias. Qual é o papel real das drogas na economia e na política para Guiné-Bissau no período em que o senhor estava lá?

J.K. - Até onde eu sei, o tema das drogas passou a ser um nicho, um assunto importante, a partir de 2005, quando paulatinamente o UNODC, o DEA¹³ americano, departamento de combate às drogas, a Inteligência Europeia começaram a identificar movimentos nessa direção. O que eu poderia dizer é o seguinte: o país é um país onde a Justiça não se faz presente, por razões óbvias; o Estado é frágil, de uma fragilidade a toda prova; o controle das fronteiras não é efetivo; o controle das noventa e uma ilhas não é efetivo. A Guiné-Bissau, enquanto eu estava lá, tinha dois barcos e estavam com problemas, parados. Então, com essa realidade, com a

¹¹ Programa de Alimentação Mundial.

¹² Fundo das Nações Unidas para a Infância.

¹³ Drug Enforcement Administration.

realidade de instabilidade política, quase inexistência do Estado como garantidor da ordem e da segurança, acabou sendo um terreno fértil para a passagem da droga.

O.S. - Não há nenhum processamento, produção ou consumo?

J.K. - Até onde eu sei, não. A droga vinha essencialmente, ao menos uma boa parte dela, da América do Sul. Sai da região do Pacífico da América do Sul, sobe, passa pela Venezuela, México, atravessa o Atlântico, passa por Cabo Verde e chega à Guiné. Da Guiné se espraia por diversas modalidades, desde submarinos até pequenos aviões, carros quatro por quatro. Enfim, aí é uma logística muito particular. E vai para o norte da Europa, o norte da África e atingindo eventualmente a Europa. É uma coisa complexa. E sabe-se que algumas autoridades da Guiné tinham conhecimento disso, participavam disso. E os próprios Estados Unidos entraram mais de uma vez divulgando nomes e listas, e recentemente prendeu uma pessoa que era considerada notória: o Contra-Almirante Bubo Na Tchuto. Eu nunca vi nada efetivamente concreto, mas sabia sim que ele tinha algum tipo de envolvimento. E ele estava preso nos Estados Unidos até a pouco tempo.

M.T. - Isso era um fator de cálculo na leitura política do país? Ou seja, quando o senhor estava lá?

J.K. - Isso afetava evidentemente a vida do país: os investimentos, a governação, *good governance*, a estabilidade e a confiança dos investidores no país. Afetava tremendamente. Porque eu penso que uma coisa estava talvez um pouco ligada à outra. A estabilidade, o controle pelo tráfico de drogas, isso tinha algum tipo de parceria que eu não ousaria entrar no detalhe.

M.T. - Centrada nos militares principalmente?

J.K. - Os militares tinham um papel nesse processo, mas não só. É um tema muito delicado, evidentemente. Foi objeto de várias reuniões em Cabo Verde, em vários locais, mas que nunca pode ser combatido de uma forma frontal. Agora é preciso dizer que o momento que a Guiné-Bissau vive hoje é único nos últimos dez anos. Eu passei quatro lá e, um pouco antes, um pouco depois, a situação sempre foi de uma grande instabilidade potencial. Hoje, pela primeira vez, eu quero crer, que a Guiné-Bissau começa a enxergar um horizonte um pouco mais animador, com duas chefias da maior importância. O José Mário Vaz trabalhou em bancos internacionais,

atualmente é Presidente da República e antes foi Ministro da Fazenda, foi um bom Ministro da Fazenda. Ele controlava bem os recursos, pagava os funcionários públicos, que era uma coisa importante na Guiné. A Guiné, em raros momentos da história recente, conseguiu pagar em dia o funcionalismo público. Então esse é um ponto importante. E temos o Domingos Simões Pereira que é uma pessoa intelectual mesmo, uma pessoa de grande valor. Valor humano e valor profissional. A Guiné-Bissau ganha muito com essa dupla, é uma novidade. Eu conheço os dois, mas muito mais o Domingos Simões Pereira, que é um amigo meu pessoal. A Guiné inaugura um novo momento na sua vida. Nós tivemos vários encontros, um deles em Cabo Verde, inclusive com a presença da embaixadora Maria Luiza Viotti e com a embaixadora Dudu, carinhosamente chamada, ela era embaixadora do Brasil em Cabo Verde. E tivemos conversas memoráveis com Domingos Simões Pereira, uma pessoa muito especial. E eu penso que a Guiné-Bissau finalmente encontrou uma liderança com todas as qualidades necessárias para enfrentar os desafios, que são muitos.

M.T. - E as Forças Armadas estão relativamente sob controle?

J.K. - Eu entendo que sim. Houve uma indicação clara, primeiro da oposição, o Partido da Renovação Social (PRS), que imediatamente após as eleições aceitou os resultados.

O.S. - Um passo importante.

J.K. - Um passo importante, não vou questionar. Os militares também se enquadraram: “Não vamos fazer marola”. E já se passaram seis meses mais ou menos que o país caminha. Houve uma missão importante, uma reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Bissau com a agenda muito bem sucedida, com a presença também do embaixador Antonio Patriota. E o relato que o Antonio Patriota, o presidente da configuração (não só da configuração, mas da CCP toda, é de turno) é muito alvissareiro, muito positivo no sentido que, realmente, os cem primeiros dias de governo mostram um sentido de direção. O país finalmente respira. E algumas ações pontuais que parecem pequenas, mas não são, como distribuição de água e de energia elétrica, o pagamento do salário dos funcionários, de pavimentação de algumas ruas.

M.T. - São os alicerces de um Estado.

J.K. - Isso, alicerces em cem dias. Os Estados Unidos disseram que o embaixador americano em Senegal - é cumulativo, do Senegal ele comanda vários países, inclusive a Guiné - ele

afirmou que se não houvesse nenhuma tentativa de golpe, a embaixada americana voltaria e com ela os investimentos, os acordos. Eu vejo com grande otimismo essa nova fase que a Guiné-Bissau inicia: diplomática, política, econômica e social. E vejo para o Brasil a possibilidade de retomar os projetos, cada um daqueles projetos, e outros novos. Evidentemente subordinado a nossas capacidades econômicas. Estamos em um momento peculiar. Temos que atravessar esse deserto da melhor maneira possível e não perder o pique.

O.S. - A questão do tráfico, a polícia militar que fez treinamento. A questão do tráfico também foi em algum momento tratada como uma questão de segurança nacional do Brasil como ameaça, ou seja, a Polícia Federal acabou enxergando este país como uma peça no combate contra o tráfico internacional? Eu concordo com todos esses analistas, rastreadores de dinheiro que muitas vezes vem para o Brasil, Colômbia e Guiné-Bissau etc. Havia lá alguma comunicação com as autoridades brasileiras em relação a uma cooperação? E a visita do Nelson Jobim tratou de segurança marítima principalmente ou também teve alguma relação com a questão do tráfico?

J.K. - A visita dele foi no contexto da assinatura de um acordo de cooperação militar. Um amplo quadro. Não foi especificamente para tratar de um assunto ou de outro. É para abrir uma moldura dentro da qual nós começamos a colocar, por exemplo, a construção da Academia Militar que, por exemplo, se insere dentro disso. A vinda de militares guineenses para o Brasil, a ida de militares brasileiros para lá, para o treinamento, para a educação militar correta. Então é para isso. Evidentemente, também dentro desse quadro, nós fornecíamos mais de uma vez aviões inteiros com fardamento, com o material, por exemplo, para a banda de música do exército, enfim: atitudes pontuais. Então, dentro desse acordo a gente procura preencher, pendurar diversos projetos de interesse bilateral. Mas tentando responder à sua pergunta: o tráfico de drogas na Guiné-Bissau nunca foi, do ponto de vista Brasil, interpretado como algo, assim, fundamental ou que tivesse alguma ameaça para o Brasil. Isso não. E mais do que isso: a Guiné-Bissau não é nem produtora, nem consumidora. É um ponto de passagem em função das debilidades institucionais. Então a Guiné-Bissau precisa do apoio da Europa, apoio dos Estados Unidos, eventualmente do Brasil. De inteligência, inteligência policial, FBI, para identificar essas pessoas e prendê-las. Porque, evidentemente, um país pobre que não tem uma

espinha dorsal muito forte, não só na nação como no Estado, é terreno fértil para aproveitadores.

M.T. - A matéria do *New York Times* efetivamente falava sobre como isso estava corrompendo o sistema político de Guiné-Bissau. Ou seja, não só ele estava usando um sistema falido, mas ele estava terminando de destruir o sistema institucional. O senhor vê isso de maneira correta ou o nível de corrupção não chega a esse ponto?

J.K. - Havia algumas ideias, algumas vertentes, algumas opiniões que iam na direção de que era um Estado falido. Em larga medida, é um Estado deficiente, francamente deficitário, que não consegue pagar o funcionalismo, que não consegue ter um sistema de saúde mínimo que dê atenção à sua população, um sistema de educação melhor, visto que, mais de uma vez o ano letivo não foi finalizado. As crianças perdiam o ano e retomavam. Mas eu penso que, evidentemente, a presença deletéria do tráfico de drogas contribuía ainda para minimizar essa capacidade que já era pequena. Mas continuo otimista. O país tem riqueza. É um país pequeno, com um milhão e meio de habitantes. É um bairro de São Paulo em termos de população, para você ter uma ideia. E possui um povo maravilhoso, um povo generoso, alegre e pouco a pouco recebendo os seus filhos que vem do exterior. Dos mil e duzentos formados no Brasil, uma parte não retorna, fica, casa-se com uma brasileira. É natural, em todo lugar do mundo, com brasileiros e brasileiras. Mas a parte que retorna já vai com uma visão melhor, mais estruturada do que é um país, um Estado, uma nação. E é um processo. Talvez uma ou duas gerações para a gente enxergar uma nova Guiné-Bissau. Mas eu vejo uma nova Guiné-Bissau até porque não só o povo e o governo querem, mas também os parceiros. Todo esse tempo que a Guiné-Bissau claudicou, não por culpa dela, mas por culpa do processo político, a comunidade internacional, os parceiros individuais, os parceiros regionais e a ONU e suas agências foram a socorro da Guiné. Sou otimista.

M.T. - Embaixador, muito obrigado, muitíssimo obrigado. E é uma alegria para nós estarmos aqui.

J.K. - Eu que agradeço.

O.S. - Muito interessante porque é um tema muito pouco estudado ainda. Quando a gente fala em defesa da democracia, quando se olha a democracia, ocorre principalmente aqui na região.

Existe um monte de artigos, de análises sobre como é que o Brasil faz para estabilizar a Venezuela, o Panamá etc. Mas esse é um tema pouco estudado. Existe um artigo da professora Adriana Abdenur sobre o assunto. Apesar de um excelente artigo, é pouco. Então a gente tem muita esperança de que esta entrevista possa ser uma contribuição real para próximos estudos baseados em uma evolução mais rica e detalhada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]